



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

MARIANA MARTINS MONTEIRO

**A DIMENSÃO RESSOCIALIZADORA DA LEITURA NO CONTEXTO DA
REMIÇÃO DE PENA: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROJETOS DE LEITURA
DESENVOLVIDOS NAS PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO PARÁ**

BELÉM, PA
2018

MARIANA MARTINS MONTEIRO

**A DIMENSÃO RESSOCIALIZADORA DA LEITURA NO CONTEXTO DA
REMIÇÃO DE PENA: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROJETOS DE LEITURA
DESENVOLVIDOS NAS PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso para a
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia da Faculdade de
Biblioteconomia, do Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal do
Pará.

Orientador: Prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos
Barros.

BELÉM, PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M757d

Monteiro, Mariana Martins, 1994 -

A dimensão ressocializadora da leitura no contexto da remição de pena: uma análise sobre os projetos de leitura desenvolvidos nas penitenciárias do Estado do Pará/ Mariana Martins Monteiro; orientador Lucivaldo Vasconcelos Barros. -- 2018.

60 f.; 29 cm

Inclui bibliografias

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2018.

1. Remição de pena. 2. Ressocialização pela leitura. 3. Biblioteca prisional. I. Universidade Federal do Pará. II. Barros, Lucivaldo Vasconcelos, Orient. III. Título

MARIANA MARTINS MONTEIRO

**A DIMENSÃO RESSOCIALIZADORA DA LEITURA NO CONTEXTO DA
REMIÇÃO DE PENA: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROJETOS DE LEITURA
DESENVOLVIDOS NAS PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso para a
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia da Faculdade de
Biblioteconomia, do Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal do
Pará.

Data da aprovação: 26 de janeiro de 2018.

Banca examinadora:

Lucivaldo Vasconcelos Barros – Orientador
Doutor em Desenvolvimento Sustentável
Universidade Federal do Pará

Franciele Marques Redigolo - Membro
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará

Oderle Milhomem Araújo – Membro
Especialista em Administração de Bibliotecas
Universidade Federal do Pará

Dedico em memória à Graça Gonzalez, que foi uma avó de coração e ao meu amado pai, Antônio Carlos Monteiro, que infelizmente não puderam estar presentes nesta etapa alcançada de minha vida, mas sei que de algum lugar sempre estiveram comigo.

À minha mãe, Kátia Cilene, a qual sempre será exemplo de mãe e pai, lutas, amor, que está comigo nas alegrias e nas tristezas, sempre me dando forças para não desisti e por todos os momentos maravilhosos em família.

Ao meu companheiro e amigo Renato, por está em todos os momentos a serem compartilhados.

Aos meus amigos os quais sempre acreditaram na minha vitória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por essa batalha vencida e alcançada com muita perseverança, por Ele ter me dado força em todos os momentos de minha vida acadêmica e por todas as bênçãos recebidas.

Agradeço aos meus amigos que cativei durante a vida acadêmica, pessoas maravilhosas nas quais sempre me deram forças e incentivos para chegar ao final da graduação.

Agradeço à bibliotecária, Dalva Amaral e a família que conquistei na Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab), foram pessoas que me receberam com todo amor e carinho repassando-me diversos conhecimentos e aprendizados ao longo do estágio.

Agradeço à equipe de Braille da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará, por ter me acolhido de braços abertos e pelos conhecimentos adquiridos ao longo da extensão curricular.

Agradeço aos professores da Faculdade de Biblioteconomia com quem tive a oportunidade de aprender e os que se tornaram amigos ao longo da vida profissional.

Agradeço ao meu orientador, Lucivaldo Barros, pela dedicação aos seus orientandos e pela contribuição primordial para esta pesquisa.

Assim, chegar ao final de um ciclo que teve início há quatro anos é imensamente magnífico para quem lutou muito para alcançar seus objetivos e sonhos, sendo que ao longo desse percurso apareceram várias barreiras, mas nada que me impedisse de vencer. E hoje chegar ao fim de uma graduação é gratificante para qualquer indivíduo. É uma etapa vencida entre tantas que a vida nos proporciona, pois é a realização de um entre tantos sonhos que buscamos ao longo da vida.

RESUMO

Este trabalho discorre sobre a importância da leitura como remição de pena dentro das penitenciárias. Apresenta a importância da leitura no âmbito da biblioteca prisional, como uma das principais ferramentas para a ressocialização do apenado por meio da leitura. Tem como objetivo levantar e avaliar os projetos desenvolvidos que auxiliam na ressocialização dos detentos, utilizando a leitura para remição de pena. A metodologia baseou numa pesquisa aplicada, caracterizando-se a forma de abordagem do problema de maneira quanti-qualitativa, ao objeto como pesquisa exploratória, ao método no qual a forma de abordagem é problemática e o método relacionado ao procedimento foi histórico. Sobre o procedimento técnico foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental. Os materiais informacionais utilizados foram artigos, livros, legislações, jurisprudência, dissertações etc. Como resultado da discussão levantada, observou-se a importância dos projetos de leitura dentro das penitenciárias do Estado e do país, assim como a implantação das bibliotecas dentro do cárcere, junto com a interdisciplinaridade dos profissionais atuantes dentro da prisão.

Palavras-chave: Remição de Pena. Ressocialização pela Leitura. Biblioteca Prisional.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of reading as a remission of sentence inside penitentiaries. It presents the importance of reading within the prison library as one of the main tools for the resocialization of the prisoner by reading. The objective is to raise and evaluate the projects developed that help in the resocialization of the prisoners, using the reading for remission of sentence. The methodology was based on an applied research, characterizing the approach of the problem in quantitative-qualitative way, the object as exploratory research, the method in which the approach is problematic and the method related to the procedure was historical. The bibliographic and documentary research was used on the technical procedure. The information materials used were articles, books, legislation, jurisprudence, dissertations, etc. As a result of the discussion, it was observed the importance of the reading projects within the penitentiaries of the State and the country, as well as the implantation of the libraries inside the jail, together with the interdisciplinarity of the professionals working inside the prison

Keywords: Remission of Sentence. Resocialization by Reading. Prison Library.

LISTA DE SIGLAS

CEP	Coordenadoria de Educação Prisional
CRECAN	Centro de Recuperação Especial Cel. Anastácio Neves
CRRCA	Centro de Recuperação Regional de Castanhal
CRC	Centro de Recuperação do Coqueiro
CPASI	Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel
CRPP	Centro de Recuperação Penitenciário do Pará
DAPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DEP	Divisão de Educação Prisional
GEP	Gerência de Ensino Profissionalizante
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informação Penitenciária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEP	Legislação Penal
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado
SEGUP	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
SUSIPE	Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
PEM	Presídio Estadual Metropolitano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	LEITURA NO CÁRCERE: ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA	14
2.1	Procedimentos Metodológicos	19
3	CRIME, PRISÃO E RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA LEITURA..	22
3.1	Breve contexto histórico das prisões	22
3.2	A situação atual do Sistema Penitenciário Brasileiro	24
3.3	Formas de ressocialização dentro das penitenciárias	29
3.4	O papel social da biblioteca prisional	33
3.5	A leitura como terapia para ressocialização	36
4	AS FUNÇÕES DA LEITURA NAS PRISÕES	39
4.1	O bibliotecário no cárcere	39
4.1.1	Biblioterapia no cárcere	42
5	OS PROJETOS DE REMIÇÃO DE PENA ATRAVÉS DA LEITURA NAS PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO PARÁ	45
5.1	Breve contexto histórico da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – Susipe	45
5.2	Os projetos remição de pena por meio da leitura nas penitenciárias do Estado do Pará	48
5.2.1	A leitura que liberta	49
5.2.2	Arca da leitura	52
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, em muitos casos, o incentivo à leitura é deixado em segundo plano devido a inúmeros fatores, como por exemplo, a falta de bibliotecas em algumas cidades/municípios brasileiros ou o custo do livro elevado comparado com a renda da população brasileira, o que dificulta a criação do hábito da leitura.

Apesar de vários Projetos Federais voltados ao incentivo da leitura, eles são insuficientes, pois muitos deles não abrangem a população total, principalmente os sistemas penitenciários, comparando ao número de unidades prisionais brasileiras com o número de biblioteca/sala de leituras existentes nas prisões, há uma grande desproporcionalidade.

De acordo com dados do relatório do Instituto Pró-livro feito no ano de 2015, o Brasil possui um índice baixo de leitura comparada com outros países mais desenvolvidos, onde a leitura na sociedade brasileira ainda não é do ponto de vista cultural, principalmente entre os indivíduos do sexo masculino, pois o relatório descreve que as mulheres leem mais do que os homens.

Desse modo, o sistema penitenciário brasileiro vem passando por um grande “caos”, acarretado por diversos fatores. Um deles é a superlotação carcerária, cujos apenados dividem espaço dentro das celas, nos quais a capacidade desses locais é destinada para uma quantidade de presos, e nelas encontram-se o dobro ou triplo de internos, visto que, a falta de estrutura torna-se evidente.

Dessa forma está provocando uma grande “revolução carcerária”, como as fugas em massas e as grandes rebeliões. Um dos pontos iniciais de todas essas consequências é a omissão do poder público no ambiente prisional, devido a poucos projetos desenvolvidos dentro da comunidade prisional.

Em alguns casos, várias penitenciárias do país não possuem nenhum tipo de projeto destinado à ressocialização (comum nas prisões dos interiores das capitais), apenas fazem “amontoar presos” sem que eles possam ter condições mínimas para atingir a reintegração social. De acordo com relatórios feitos pelos órgãos públicos do país, como o Departamento Penitenciário Nacional (Dapen) verificou-se que daqui há alguns anos o Brasil terá mais presídios superlotados, do que escolas superlotadas.

O índice da criminalidade cresceu bruscamente nas últimas décadas, visto que, atualmente, o Brasil mais encarcera do que educa, sendo que nos “olhares da sociedade” a solução para a violência é oprimindo, ou seja, encarcerando quem cometeu algum

delito. Logo, a sociedade desacredita no sistema de ressocialização e de reeducação dentro da prisão, passando a acreditar que o método de opressão é o mais eficaz nesta comunidade, uma vez que para a sociedade e o Estado, os presos são apontados como pessoas sem sentimentos e sem almas, e devem ser vistos como seres que não tem direito a regeneração ou a reintegração na sociedade.

Por meio do incentivo da leitura pode-se reverter ou minimizar a atual situação das penitenciárias brasileiras, tentando fazer com que os presos saiam da ociosidade mental, e mostrar que por intermédio da leitura, eles podem modificar sua personalidade e mostrar que existe regeneração, reabilitação e reeducação mediante da leitura.

Deste modo, no Relatório de Bibliotecas do Dapen (2014, p. 17), mostrou as situações das bibliotecas em cada estado brasileiro, e no Estado do Pará até a data de elaboração e finalização do relatório, existiam apenas duas unidades penitenciárias que possuíam acesso à leitura. Porém não havia um espaço próprio e adequado para a disponibilização dos livros, ou seja, uma biblioteca com acervo disponível, visto que, os detentos recebiam doações de livros, mas só eram utilizados nas salas de aula. Contudo, havia apenas um projeto voltado para área da educação básica.

A Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe), implantou o Projeto “Arca da Leitura” no ano de 2012, que são bibliotecas móveis em várias unidades prisionais da Região Metropolitana de Belém, que abrange alguns municípios do Estado, porém ainda existem grandes lacunas no incentivo a leitura, devido atingir uma pequena parcela dos custodiados, comparando ao total de encarcerados que o Estado possui. De acordo, com alguns relatos de internos observados no site da Agência Pará (2016, sem paginação), pôde perceber que depois do contato com o livro e a leitura, formaram-se indivíduos com outros pensamentos e com visões críticas no meio social, e puderam melhorar o seu desenvolvimento intelectual.

Além do Projeto citado acima, a Susipe tem o Projeto “A leitura que Liberta”, que já é mais especificamente ligada à remição de pena pela leitura. O Projeto foi criado no ano de 2015, que possui parceria com dois órgãos estaduais, Defensoria Pública do Estado e Secretária de Educação (Seduc).

Apesar da aprovação da Lei de Execução Penal nº 12.433 de 29 de junho de 2011 na qual prevê a remição da pena pelo trabalho ou estudo, as taxas de reincidências continuam elevadas segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do último relatório do ano de 2015.

Entretanto, no ano seguinte à aprovação da Lei citada, foi aprovada a Portaria Conjunta nº 276 de 20 de junho de 2012 que especifica a remição da pena por intermédio da leitura, onde cada 1(um) exemplar lido, é reduzido 4 (quatro) dias de pena, porém essa Portaria é específica para o Sistema Penitenciário Federal, todavia, o problema que se coloca para desenvolvimento desta pesquisa centra-se na seguinte questão: as práticas de leitura pelos detentos os auxiliam na remição de pena e na ressocialização?

Assim, a pesquisa tem por objetivo geral levantar e avaliar os projetos desenvolvidos que auxiliam na ressocialização dos detentos, utilizando a leitura para remição de pena.

Como objetivos específicos o trabalho apresenta:

- a) Compreender como foi concebido e demonstrar o panorama atual dos Projetos de leitura e de bibliotecas que atuam como forma de remição de pena;
- b) Analisar os Projetos de leitura da Susipe atende os critérios legais estabelecidos pela legislação penal (LEP), Portaria e entre outras para remição de penas;
- c) Descrever os projetos de leitura que são realizados pelo Sistema Penitenciário da Susipe.

Neste trabalho de Conclusão de Curso os capítulos foram divididos em seis partes de forma a responder os objetivos traçados durante a pesquisa. No primeiro capítulo apontamos, de forma introdutória, a situação do hábito de leitura no país brasileiro destacando o acesso à leitura na comunidade carcerária. No segundo capítulo abordamos o embasamento teórico e metodológico da pesquisa, destacando a leitura no ambiente prisional.

O terceiro capítulo esboça um breve contexto histórico das prisões e das penas, a situação atual do sistema prisional brasileiro, as principais formas de ressocialização e descrição da importância da biblioteca no ambiente prisional. No quarto capítulo buscamos traçar a importância da biblioteca e do bibliotecário no cárcere por meio da utilização da biblioterapia. No quinto, discorremos sobre a descrição dos projetos de remição de pena desenvolvidos acerca da leitura no Estado do Pará. Por fim, o sexto capítulo faz o encerramento da pesquisa, com as análises do ponto de vista da autora.

2 LEITURA NO CÁRCERE: ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA

O tema principal a ser tratado neste estudo é o incentivo da leitura dentro dos presídios, assunto pelo qual é sempre discutido e abordado, porém a importância ainda não ficou em evidência, pois ele se interliga e interfere na vida das pessoas que se encontram em restrição ou em privação de liberdade.

Esta pesquisa fundamentou-se a partir de análises de projetos que intercomunicam a leitura no ambiente do cárcere, destacando como o incentivo da leitura poderá fazer grandes transformações na vida social de um encarcerado. De tal modo, que será necessário buscar os projetos de leitura que intervêm socialmente o aprisionado. O objetivo do estudo não é ir profundo e sim, procurar buscar o que é essencial do ato de ler, principalmente para os que se encontram em restrição de liberdade.

Contudo, em 2012 uma Portaria Conjunta de nº 276 do Dapen aprovou o projeto que prevê a remição da pena por meio da leitura no Sistema Penitenciário Federal. Apesar de ser em âmbito federal, alguns estados já adaptaram para as penitenciárias estaduais, no entanto, precisam de grandes “empurrões” para que a execução da Lei possa ser usufruída por todos que estão em restrição ou privado de liberdade.

Freire (1989, p. 9) destaca a leitura como uma forma de aprender a ler e a real importância das palavras dentro do texto escrito, no qual é uma das formas de auxílio na alfabetização. São formas de decodificação de linguagens ou palavra escrita, a leitura do mundo vem primeira, em seguida a leitura da palavra, compreende-se:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a "reler" momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo. (FREIRE, 1989, p. 9).

Desse modo, a “leitura do mundo” vem do primeiro momento da infância, nasce às perspectivas das primeiras palavras lidas, o aprendizado do saber ler, e depois vem o ato de escrever. Dessa maneira, a leitura faz uma atividade mental, já as

atividades de leitura dentro do cárcere fazem o aprisionado criar seu mundo de “liberdade”, associar as palavras, as letras do contexto, cuja percepção é experimentada, isto é, aumenta a capacidade de percepção pelo leitor.

Assim, à medida que a leitura se torna íntima e particular de cada um, a percepção e a compreensão da leitura tornam-se fáceis e práticas a cada leitor. E no momento em que se consegue decifrar as palavras escritas, a leitura é “absorvida” naturalmente para o mundo particular, que é construída a partir do momento que flui naturalmente (FREIRE, 1987, p. 10). O aprendizado não era um instrumento utilizado mecanicamente e sim, um aprendizado profundo, ou seja, não seria uma forma de ensino passageiro na vida do ser humano, o famoso “decoreba”, seria, portanto, o aprendizado profundo.

Não importa a quantidade de livros que foram ou vão ser lidos. O essencial é a qualidade da leitura que será utilizada, onde a leitura não é tornada apenas de forma quantitativa, mas quantiqualitativa, compreende-se:

A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visão que urge ser superada. A mesma, ainda que encarnada desde outro ângulo, que se encontra, por exemplo, em quem escreve, quando identifica a possível qualidade de seu trabalho, ou não, com a quantidade de páginas escritas. (FREIRE, 1987, p. 12).

A leitura deve ter sempre uma percepção crítica dos textos, das palavras, das letras a serem lidas, havendo a interpretação do que foi lido e experimentado no contexto. Logo, a atual sociedade é limitada no quesito da leitura, sofre opressão pela leitura devido aos fatores sociais e econômicos. Assim, o hábito de ler por prazer torna-se difícil, muitos são “obrigados” a ler (principalmente os jovens que vão prestar vestibular), e os poucos que leem por *hobbie* usufruem da magia que a leitura possui.

Deveria existir uma pedagogia com diálogos que necessitaria emancipar os oprimidos, em oposição à pedagogia da classe dominante, que auxiliasse na libertação e na transformação do sujeito cognoscente e autor de sua própria história ao longo da vida através de sua conduta nas ações e reflexões que possuía. Segundo Freire (1987, p. 5), os métodos de opressão não poderão servir de libertação para os oprimidos.

Assim, para poder alcançar o caminho da libertação por meio da autoconfiguração, é necessário ter sua própria autonomia, para suprir suas situações que os limitavam de sua liberdade autônoma, havendo uma relação entre a libertação e a

autonomia, sendo que a libertação das condições opressoras possibilita a sua autodeterminação.

A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de denominação. A prática da liberdade só encontrará adequada a expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. (FREIRE, 1987, p. 5).

Na pedagogia, o educador por intermédio de uma educação dialética em que estimula a capacidade de absorver criticamente as palavras que estão em seu mundo, e não apenas se limita num processo repetitivo de palavras, saberá o significado e o dizer de sua palavra. No que se refere à leitura que atravessa diversas barreiras no cotidiano do leitor, depreende-se:

Eis porque, uma cultura letrada, aprender a ler e escrever, mas a intenção última com o que se faz, vai além da alfabetização. Atravessa e anima toda a empresa educativa, que não é senão aprendizagem permanente desse esforço de totalização – jamais acabada – através do qual o homem tenta abraçar-se inteiramente na plenitude de sua forma. É a própria dialética em que se existência o homem. (FREIRE, 1987, p. 7).

Assim, a pedagogia do oprimido resulta em atitudes radicais baseada no diálogo do povo e utiliza como instrumento metodológico, no qual permite obter uma leitura com pensamento crítico partindo de sua realidade e no meio em que se encontra. Portanto, o bibliotecário social necessita adentra-se na pedagogia não como educador, mas como mediador da informação que está contida em cada texto, palavra ou na decodificação da leitura. De acordo com Ortega y Gasset (2006, p. 3), o bibliotecário precisa ter organizado sua missão diante da comunidade que ele irá participar, “missão significa, antes de tudo, aquilo que um homem deve fazer em sua vida”.

A Biblioteconomia pode ser vasta em diversas áreas, como: destacando-se no âmbito social e lidando com diferentes tipos de comunidades no dia-a-dia. Hoje não é diferente de alguns anos passados, apenas aprimorou-se nos tipos de atividades que o Bibliotecário pode atuar. Ortega y Gasset (2006, p. 6) ressaltam que o caminho/destino a ser seguido é por vocação, “este chamado que ouvimos rumo a um tipo de vida, esta voz ou grito imperativo que se eleva de nosso íntimo mais radical, é a vocação”.

Nesse caso, a Biblioteconomia naquele período não era exercida por vocação, pelo ato de gostar de executar as atividades relacionadas da área, mas pelo simples fato de exercer sua função associado ao trabalho que era executado na época. Essa situação

não se distingue de hoje, porém, no decorrer dos anos desmitificou-se que o bibliotecário só deveria estar ligado no trabalho de catalogação, organização e os cuidados necessários que o livro poderia ter.

De alguns anos para cá, o bibliotecário adentrou nas questões sociais de uma forma avassaladora, mostrando-se que a profissão se articula como infinitas áreas das atualidades, principalmente a área da educação, em especial, a leitura social.

Assim, o profissional da área pode mediar a leitura não só nas escolas ou algo relacionado somente à educação, podendo também ir além do que a profissão permite, como levar a leitura ou executar e desenvolver projetos de leitura dentro da comunidade carcerária, no qual levará e mediará a informação que é de “difícil acesso” para os que ali estão, e diante dessas situações o bibliotecário tem que elaborar suas missões a serem executadas nessa sociedade.

De maneira que o livro e a leitura são usados desde a Antiguidade, não havia a facilidade de acesso como se têm hoje. Naquele período as restrições para o acesso aos livros eram bem rigorosas, pois os que tinham acesso a eles eram apenas os que possuíam poder diante da sociedade. Nesta época não se pensou em utilizar o livro para um “bem social”, em especial a leitura, como o objeto principal, na utilização da ressocialização do encarcerado. De tal forma que apenas uma pequena parcela da população sabia ler ou interpretar o que estava escrito.

No século XVI as formas de repressão a quem cometia algum delito eram as piores “aberrações” de penalidades, eram práticas de ações contra o corpo, ou seja, punições físicas. Consoante Foucault (1987, não paginado), foram épocas de grandes desordens para a justiça tradicional, de reformas nas leis e nas formas de penalidades, a reforma e a implantação de inúmeros projetos, do qual inicia uma nova era na esfera criminal.

E no final do século XVIII as grandes modificações ficaram em evidências, como o desaparecimento dos suplícios, compreende-se:

Hoje existe a tendência a desconsiderá-lo; talvez, em seu tempo, tal desaparecimento tenha sido visto com muita superficialidade ou com exagerada ênfase como “humanização” que autorizava a não analisá-lo. De qualquer forma, qual é sua importância, comparando-o às grandes transformações institucionais, com códigos explícitos e gerais, com regras unificadas de procedimento; o júri adotado quase em toda parte, a definição do caráter essencialmente corretivo da pena, e essa tendência que se vem acentuando sempre mais desde o século XIX a modular os castigos segundo os indivíduos culpados? (FOUCAULT, 1987, não paginado).

Com isso, as punições de esquartejamento, amputação e de qualquer sofrimento físico, foram desaparecendo e as cenas de atrocidades. “É tudo o que pudesse implicar de espetáculo [...]” Foucault (1987, não paginado). Assim, a dor do corpo, os elementos sensitivos que possuímos não fazem parte da pena. Logo, precisou-se de “especialistas” de vastas áreas que substituíssem os repressores da época, como os médicos de clínica e psiquiátricos, educadores e os demais profissionais que lidam até hoje com os condenados.

Os espetáculos com as cenas de decapitações e torturas eram as formas mais “simples” de mostrar que qualquer um poderia estar no lugar daquele que contrariava as leis. Nesta mesma época, além das formas bárbaras de punição, alguns apenados eram considerados loucos dentro da sociedade, e os mesmos eram internados em hospitais, que hoje são as prisões.

De maneira geral, hoje as formas de punições mudaram significativamente, comparando com a da Idade Média e Antiguidade, porém precisa-se de grandes mudanças nos sistemas prisionais. Atualmente, a leitura é uma grande opção de contribuição para a ressocialização do preso, para que o mesmo possa reintegrar-se no meio social.

As mudanças de penalidades modificaram, porém as medidas para o melhoramento do sistema prisional não estão evidenciando o suficiente para o contexto atual. Os projetos ressocializadores são poucos para a quantidade da população carcerária. Antigamente, o confinamento era o principal objetivo de encarcerar e aprisionar quem cometia algum delito ou descumprisse as regras das Leis da época. Hoje, a ênfase na reabilitação social já é mais transparente, comparando com o século passado.

Conforme Thompson (2002, p. 5), “o preso é colocado na penitenciária com vistas a ser punido, intimidado e, principalmente, reformado”. No qual se percebe que o objetivo de reformar por parte da prisão é visivelmente falível. De modo que, para a reforma do preso, é necessário ter melhorias e boas condições dentro da prisão.

Thompson (2002, p. 6) descreve oito diferenças de formas de punição, entre função punitiva e atividade terapêutica, onde a primeira alternativa de punição é a mais comum dentro das cadeias brasileiras, em um dos tópicos descrito pelo autor, “pinta a prisão, para a sociedade, em termos negativos, assim ela funciona como uma intimidação coletiva e como uma referência geral de sanções negativas”.

De maneira que a sociedade atual tem uma visão extremamente negativa do cárcere, e para muitos, é o único meio de intimidar o delinquente, assim, forçar um “criminoso” contra sua própria vontade, já adquirir um ponto negativo na sua reabilitação, pois não se obtêm reforma do homem através de injúrias. Thompson afirma que (2002, p. 7) “solta um interno depois de um período de tempo que está fixado em função, principalmente, de seu comportamento anterior estar institucionalizado”. Em que, alguns dos métodos destacados anteriormente, são completamente difíceis de obter, aspectos positivos na reabilitação de um detento. Do qual, a atividade terapêutica descrita pelo autor, seria o método mais eficaz dentro das penitenciárias. Do ponto de vista do autor (2002, p. 6), em vez de forçar o interno ao recolhimento à prisão, seria aceitação do mesmo a submissão da terapia para sua reintegração na sociedade.

Então, a relação entre os funcionários e os internos deveriam ser implantadas e asseguradas, na forma de facilitar uma transferência de valores destes para aqueles, e não de forma hierarquizada entre os mesmos, no qual se percebe que as equidades entre os internos e os que estão ao seu redor são extremamente desniveladas.

Assim, para que a liberdade do apenado seja eficiente, ou seja, para que não ocorra o risco de reincidência do mesmo, deve-se observar o seu comportamento depois de estar institucionalizado, e não observar o seu comportamento anterior, depois de estar institucionalizado.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Entende-se que nas literaturas gerais de metodologia há diferentes métodos a serem abordados e aplicados na pesquisa que está sendo executada. Os critérios abordados nesta pesquisa foram: segundo a finalidade, os objetivos gerais, a abordagem do problema, procedimentos técnicos e o método de abordagem.

Assim, a finalidade é baseada na pesquisa aplicada, visto que se podem gerar infinitos tipos de aprendizados, de modo que os conhecimentos adquiridos no decorrer do desenvolvimento metodológico podem ser aplicados na prática e na resolução de problemas identificados no âmbito da sociedade atual.

Diante disso, os objetivos gerais desta pesquisa delimitaram-se em pesquisa exploratória, e este método foi a etapa inicial do trabalho. Gil assegura que (2008, p. 27) este tipo de metodologia é utilizado quando o tema da pesquisa abordado é pouco

explorado, assim tem-se dificuldade de levantar dados hipotéticos, devido à pesquisa ser vasta.

Gil alude que (2008, p. 27) as pesquisas exploratórias têm um objetivo de dar uma ampla visão sobre os procedimentos a serem realizados, para que se possa levantar hipóteses para os problemas abordados.

Além disso, apresenta características de pesquisa descritiva, vista que descreve várias características do problema e da comunidade que está sendo abordada, pelas quais podemos fazer levantamentos de opiniões sobre o assunto discutido na pesquisa. Gil declara que (2008, p. 28) “a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias”.

Quanto à abordagem do problema, o autor a caracteriza como uma pesquisa quali-quantitativa, onde reunimos dados qualitativos e quantitativos em um único estudo. Visto que para a formulação do problema é necessário fazer o levantamento de vários dados a serem questionados para que possamos fazer a extração de perguntas a serem solucionadas.

Já em relação aos procedimentos técnicos, se caracterizou por meio de uma pesquisa bibliográfica, fazendo o levantamento de artigos científicos, livros e publicações dos eventos científicos. Gil define que (2008, p. 50) a vantagem deste tipo de pesquisa é a cobertura de infinitos assuntos relacionados entre si. De outro lado, a pesquisa documental, que é bem semelhante a anterior, diferenciando-se devido às fontes que são utilizadas na pesquisa, que são fontes documentais que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento específico, como reportagens de jornal impresso como online e entre outras.

Quanto ao último critério de classificação, elegeu-se como método de abordagem o dedutivo. O autor alega que (2008, p. 9) “é o método que parte da geral e, a seguir desce ao particular”. O estudo inicia-se com o tema ambiente prisional (geral), seguindo para a remição de pena por meio da leitura (particular).

Entretanto, a pesquisa não teve o instrumento com entrevista, questionário ou algo semelhante devido às dificuldades burocráticas encontradas no órgão da Susipe. Portanto, não haveria tempo suficiente para aguardar os trâmites burocráticos do órgão, conseqüente ocorreu o impasse de entrevista com o responsável dos projetos de leitura executados pela Susipe.

Assim, a pesquisa documental foi a principal metodologia do trabalho, apontando o levantamento de legislações, jurisprudência, relatórios e documentos dos órgãos públicos responsáveis pelo sistema penitenciário federal e estadual.

3 CRIME, PRISÃO E RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA LEITURA

Este capítulo fundamentou-se em alguns acontecimentos históricos para entender os delitos cometidos e como as prisões foram surgindo e as principais formas de reverter o quadro da criminalidade, associando a leitura como a base principal da ressocialização.

De modo, todos os tópicos descritos neste capítulo serão descritos brevemente um percurso histórico o qual relatará a situação atual do sistema penitenciário brasileiro, visto que, em determinado ponto pode-se comparar os anos anteriores com atualidade através de documentos legislativos e relatórios dos órgãos competentes do sistema prisional.

Assim, descreverá as principais formas de ressocialização dentro das penitenciárias, os pontos positivos e os principais pontos negativos. De maneira que, relatará a importância de existir diversas atividades dentro do cárcere, através da pesquisa de fontes legislativas, visto que, dará ênfase nos artigos legislativos que descrevem os direitos e os deveres que os apenados possuem.

Contudo, analisando a importância social do papel da biblioteca dentro da prisão, junto com os seus benefícios de leitura, no qual está sendo umas das principais bases de ressocialização de um apenado.

3.1 Breve contexto histórico das prisões

A prisão surge com a finalidade de reprimir o homem que comete alguma forma de desobediência contra o outro indivíduo em que tenha um potencial de perturbação grave. Barros esclarece que (2003, sem paginação) a principal ferramenta para a sociedade e a violência atual, é derivada das formas exploratória contra o homem, pois a desigualdade social é uma das principais consequências para o aparecimento da criminalidade meio da humanidade.

Os crimes já eram abordados desde o aparecimento dos primórdios, como o contexto Bíblico que é o mais citado desde o seu surgimento histórico. Existiam Leis que não poderiam ser desobedecidas, em que a formas de punição eram bem dolorosas contra o corpo físico, compreende-se:

No curso da civilização, outras condutas foram criminalizadas. Entre os judeus, a idolatria era considerada delito gravíssimo, enquanto que

para os egípcios, matar um animal sagrado ou profanar um túmulo era violações tão sérias quanto o homicídio.

Certas condutas contra os costumes constituíam, no entanto, as atitudes mais repugnadas entre os povos antigos. O rompimento da ordem e da cultura era considerado um crime de pior espécie; a morte de Jesus [...].

A ausência de lei escrita estabelecendo crimes e penas [...]. (BARROS, 2003, sem paginação).

Diante disto, surgiram os primeiros conceitos relacionados ao crime dentro da sociedade no período feudal. Barros informa que (2003, sem paginação) a partir da descentralização do poder político, junto a consolidação do poder da Igreja Católica, o descumprimento das leis que eram impostas naquele período passaram a ser violadas pelos senhores feudais considerando-as como crime.

Já na sociedade capitalista, surgem as implantações, as primeiras tecnologias, os mercados ou comércio deram início à movimentação financeira da época. Nesta comunidade, destaca-se:

A intensificação do comércio com a criação de vários instrumentos de propagação financeira como bancos, notas e câmbio, bem como a apropriação dos meios de produção como a terra, favorece o aparecimento de novas condutas criminais. O exemplo pode citar os crimes contra a propriedade. (BARROS, 2003, sem paginação).

O conceito de punir existe desde os primórdios da humanidade, sendo ele de inúmeras formas, ocorrendo ainda, ao longo dos séculos, diversas transformações nas penas. Martins assinala que (2011, p. 15) “a cada período histórico o seu povo sempre enfrentou a problemática do crime, da pena e das prisões”. Assim, à medida que surgia delinquentes, as necessidades de prisões cresciam, pois era necessário ter um local específico para aprisionar as pessoas que cometiam algum tipo de delito ou que contrariavam as leis penais.

Misciasci pontua que (2015, sem paginação) as primeiras prisões surgiram através de masmorras que eram locais insalubre e totalmente desumanos, visto que, naquela época, não existia regulamentações sociais, ou seja, as leis do direito penal. Esses locais eram apenas garantia de manter as pessoas sobre o domínio físico, para servirem com finalidades para trabalhos, ou serem oprimidos até a morte.

Dessa maneira, somente no fim do século XVIII que os presídios/penitenciárias começaram a ter formas adequadas para aprisionar pessoas de forma mais humanitária. Para Foucault (2010, p. 217), “uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade”. Uma das primeiras prisões a ser construída foi no ano de

1550, em Londres, a *House of Correction*, que eram instituições de correção de pessoas com comportamentos inadequados. Segundo Martins (2011, p. 16), pode-se afirmar que as pessoas que estavam nessas instituições não respondiam judicialmente, apenas estavam para a correção dos seus comportamentos indevidos. Então, a primeira instituição penal a surgir, ainda na Antiguidade foi o Hospital de San Michel, em Roma, e teve a finalidade de encarcerar os jovens rebeldes para a correção de seus atos, a partir daí as Casas de Correção dão a “largada” inicial para o surgimento das casas penais.

Já no Brasil colônia, as prisões surgiram no século XIX, pois não existia o Código Penal próprio do país devido o Brasil ainda ser uma colônia portuguesa, e naquela época, o país era submetido às Ordenações Filipinas. A partir daí surgem as celas individuais e as formas de trabalho, alguns presos serviam de escravos para a sociedade da época.

De tal modo que, em 1824, a nova Constituição no Brasil fez várias modulações no sistema punitivo. As penas em que eram utilizados com modos de tortura e outras formas cruéis com o corpo, – as punições físicas –, passaram a ser extintas. Entretanto, deveriam ocorrer separações dos aprisionados de acordo com cada crime cometido.

A partir de 1890 o Código Penal trouxe novas modalidades de estabelecimentos prisionais, surgiu a forma de prisão celular que no período foi considerado punição moderna, em que passou a vigorar até hoje. Atualmente, o sistema penitenciário passa por diversas instabilidades. Esse *déficit* acontece desde o surgimento das prisões, cujos locais eram totalmente desumanos. Porém, hoje houve algumas melhorias nas infraestruturas, contudo, os problemas não diminuíram, eles aumentaram, como as superlotações das celas.

3.2 A situação atual do Sistema Penitenciário Brasileiro

O sistema penitenciário brasileiro vem passando por grandes dilemas tanto na questão da superlotação, como no aspecto de ressocialização junto à remição de pena por meio do trabalho, do estudo e principalmente da leitura propriamente dita. Dessa forma, a questão da leitura é um assunto mais recente dentro do cárcere, comparando com o trabalho e o estudo.

Todavia, existem diversas falhas dentro das prisões brasileiras que poderiam ser evitadas se houvesse uma atenção maior no aspecto de ressocializar um indivíduo

que adentra ali, sendo que, há a necessidade do interno se adaptar com a restrição de liberdade, e de se habituar no ambiente em que se encontra atualmente. De forma que, no dia-a-dia, não acontece do interno se adaptar fácil dentro da prisão e assim é gerado um grande distúrbio psicologicamente naquele detendo, conseqüentemente, surgem os problemas das fugas e das rebeliões, devido à insatisfação do apenado.

No dia 2 de outubro de 1992, ocorreu um dos maiores massacres da história no sistema penitenciário brasileiro, o “Massacre do Carandiru”, como ficou conhecido na época. Essa Casa de detenção, o Carandiru, foi inaugurado no ano de 1920 com a capacidade máxima para 1.200 detentos, no qual 20 anos mais tarde a capacidade máxima foi alcançada. Para tentar minimizar a situação da superlotação das celas, iniciou a construção de “anexos” aos lados e com a junção de todos os edifícios se tornou o Complexo Penitenciário do Carandiru.

Há várias controvérsias em relação ao massacre, até hoje não houve uma explicação clara e coesa do fato. O que se sabe é que o Carandiru se encontrava numa situação caótica no quadro do sistema prisional, um dos principais fatores eram as superlotações das celas.

Diante disso, o atual sistema carcerário passa pelos mesmos transtornos daquela época do massacre, pois os números de encarcerados não diminuíram, comparando com a década de 40. Apesar da quantidade de habitantes que tinha naquele período, para o que temos hoje, a população carcerária era elevada.

Hoje, o maior desafio dentro das penitenciárias são as superlotações das celas. O que vemos é um amontoado de pessoas, sem o mínimo de humanização e devido a isso, existe um grande risco de proliferação de doenças, destaca-se:

Os presos adquirem as mais variadas doenças no interior das prisões. As mais comuns são as doenças do aparelho respiratório, como a tuberculose e a pneumonia. Também é alto o índice da hepatite e de doenças venéreas em geral, a AIDS por excelência. Conforme pesquisas realizadas nas prisões, estima-se que aproximadamente 20% dos presos brasileiros sejam portadores do HIV, principalmente em decorrência do homossexualismo, da violência sexual praticada por parte dos outros presos e do uso de drogas injetáveis. (ASSIS, 2007, sem paginação).

Desde o surgimento das prisões, já se tinha um quadro de insalubridade dentro das celas. Não se distingue da situação atual, pois os tratamentos dos enfermos devem ter uma atenção maior e, às vezes, até de cuidados mais intensos. Porém, em muitas penitenciárias não existe o básico do tratamento médico-hospitalar, o que leva a várias

consequências ao detento, ou seja, ocorre uma dupla penalidade de ambas as partes do Estado, a pena que está sendo cumprida num local totalmente desumano e a falta de assistência médico-hospitalar. De tal modo que, ocorre um descumprimento da LEP e até mesmo da Constituição Federal descrita no Art. 5, Inciso XLIX “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral” (BRASIL, 1998).

O problema da superlotação está bem distante de ter um fim. Atualmente, o Brasil alcançou a marca de aproximadamente 726 mil de pessoas encarceradas em todo o território brasileiro segundo dados do relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) que foram feitos até o mês de junho de 2016. Como consequência, o Brasil se torna o 3º país com maior população prisional do mundo, ultrapassando a Rússia.

O Brasil tenta enfrentar o maior desafio que é a redução da superpopulação presidiária. Enquanto este obstáculo não é solucionado, a violência aumenta dentro da prisão, compreende-se:

[...] o preso tem que se adaptar (biologicamente) à restrição de movimentos, à alimentação, aos horários de dormir e de acordar, etc.; tem de se ajustar (psicologicamente e socialmente) aos outros presos e ao pessoal do estabelecimento, ao convívio uns aos outros e respectivas interações. Tudo isso exige um grande esforço físico psíquico, ao tempo que o preso, consciente ou inconscientemente, não quer se adaptar, não quer se ajustar e não quer se integrar nesse ambiente e nesse convívio, e nesse sentido oferece resistências diversas. (MIOTTO, 1980, p. 275).

E, conseqüentemente, é gerado um grande *stress* para quem está ali. Esse grave fator acarreta diversas consequências na vida de um interno e as suas chances de se reeducar e se reintegrar são mínimas. Miotto argumenta que (1980, p. 276) qualquer ambiente que se tem muita aglomeração e tumulto é propício para gerar formas de agressões, sejam elas físicas ou verbais, destaca-se:

À medida que aumenta a lotação e se verifica superlotação e a superlotação aumenta o que se nota é uma soma de presos; a probabilidade de violência aumenta também – não, porém a soma, mas por causa da dinâmica da interação, por multiplicação praticamente incalculável. (MIOTTO, 1980, p. 277).

O que nos leva a perceber que o principal fator de todo o caos das penitenciárias são as superlotações, sendo um dos principais fatores das revoltas de insatisfações dentro dos cárceres, isto é, as rebeliões que estão mais intensas dentro do

sistema prisional brasileiro, pessoas que reivindicam seus direitos que são garantidos pelo Estado, e as fugas em massas se enquadram nesse mesmo contexto.

Conforme a LEP:

Art. 41:

V – proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI – exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII – assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

XV – contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. (BRASIL, 1998, sem paginação).

De acordo com a legislação brasileira em vigor, os presos devem ser classificados em duas grandes classes, a do processado e do condenado. Essa classificação na realidade atual encontra-se desproporcional dentro do sistema prisional, visto que, temos mais presos aguardando seu julgamento, do que internos condenados, ou seja, os que já passaram por todo o processo de julgamento são poucos comparando com os que aguardam.

A classificação mencionada acima têm quatro tipos de estabelecimentos prisionais brasileiro: a prisão comum, que é destinada para indivíduos que foram presos em flagrante, e são designados a delegacias locais; os presídios são indicados a indivíduos que aguardam o julgamento de sua ação; as prisões especiais são destinadas para “receber culpados da prática de contravenções” (THOMPSON, 2002, p. 99) e as penitenciárias que tem objetivo de “punir retributivamente, prevenir pela intimidação e regenerar através da ressocialização [...]” (THOMPSON, 2002, p. 100).

Consoante Thompson (2002, p. 104), o problema maior está nas cadeias comuns. As delegacias locais estão superlotadas, não conseguem separar os indivíduos que estão à espera do julgamento, dos que já foram julgados. Dessa forma, o setor público de segurança não consegue ter o controle total dos presos, visto que, não pode evitar as fugas e as rebeliões. Essas situações são em todos os sistemas carcerários brasileiros, não se diferem entre as capitais e interiores dos estados.

Devido à falta de vagas nos cárceres, um grande desequilíbrio é gerado nas comunidades dentro dos presídios. Nos últimos anos as prisões têm sido constantemente palcos de rebeliões, que vem ocasionando mortes bárbaras, dentro das celas. Um dos exemplos de rebeliões que aconteceu recentemente no ano de 2017, foi o confronto de

facções rivais em Manaus no Complexo Anísio Jobim (Compaj) que ocasionou a morte de diversos internos.

De tal maneira, o assunto da crise penitenciária veio à “tona” para ser estudado e fazer instaurações sobre a situação atual. Logo, na medida em que o indivíduo é preso, inicia seu “ciclo” dentro da penitenciária, além de se adaptar com a atual situação em que se encontra, ele precisa se “aliar” as facções existentes dentro dos presídios, para poder ter “liberdade” dentro da cadeia.

Uma das explicações das rebeliões que vem ocorrente é para “chamar atenção” das autoridades dos direitos existentes para os presos, compreende-se:

Com relação às fugas, sua ocorrência basicamente pode ser associada à falta de segurança dos estabelecimentos prisionais aliada à atuação das organizações criminosas, e infelizmente, também pela corrupção praticada por parte de policiais e de agentes da administração prisional. (ASSIS, 2007, sem paginação).

Em relação às fugas, sabe-se que a quantidade de agente prisional é desigual à quantidade de presos, assim como a corrupção por parte de policiais e agentes. Porém, o maior problema de toda essa situação, é a superlotação como foi dito anteriormente, e ociosidade dentro desses estabelecimentos, destaca-se:

[...] não há possibilidade de trabalho ou de estudo por parte do preso e, a superlotação das celas é ainda mais acentuada, chegando a ser em média de 5 presos para cada vaga, quando nas penitenciárias a média é de 3,3 presos/vaga. As instalações nesses estabelecimentos são precárias, inseguras, e os agentes responsáveis pela sua administração não tem muito preparo para a função, e muitas vezes o que se tem visto é a facilitação por parte desses funcionários para a fuga de detentos ou para que estes possam ser arrebatados por membros de sua organização criminosa. (ASSIS, 2007, sem paginação).

Perante isso, uma das formas de tentar minimizar os problemas e a ociosidade dentro das unidades prisionais brasileiras são as instalações de bibliotecas dentro do cárcere, para dar um apoio na educação e incentivar a prática da leitura, no qual é necessário enfrentar diversas “barreiras” para as implantações de bibliotecas no cárcere, sendo, que o maior problema para as instalações são as faltas de políticas públicas.

De acordo com a Lei de Execução Penal descrito no Art. 21- A (BRASIL, 1984), os aprisionados devem ter acesso à educação básica e acesso à informação através de bibliotecas com acervos em condições para uso. Julião afirma que (2014, p. 114) “dos mais de 1.100 estabelecimentos penais existentes no Brasil, poucos possuem

espaços infraestruturais, como previsto para a realização de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer”.

3.3 Formas de ressocialização dentro das penitenciárias

A comunidade carcerária é composta por muitos jovens, pessoas que entraram cedo no mundo da criminalidade, deixaram os estudos de lado para cometer vários tipos de delitos diante da sociedade. Todos os dias são noticiados diversos crimes que são praticados por adolescentes. Uma pequena parcela da responsabilidade dos crimes que são cometidos por jovens são dos pais, por não terem agido de forma mais rigorosa, por ter dado pouca importância no desempenho na educação escolar e na base familiar do seu filho.

Assim, é a partir da educação base que podemos formar indivíduos com responsabilidade para a vida adulta, por meio de transmissão de conhecimentos históricos que são repassados pelas instituições e os familiares. É obrigatório toda criança está matriculada em alguma instituição de ensino.

Apesar das garantias que a Constituição Brasileira exige, sabe-se que a teoria é deixada de lado, e na prática não funciona dessa forma que a Constituição descreve devidos a inúmeros fatores que influenciam no fracasso escolar, principalmente as condições socioeconômicas das comunidades periféricas, o que ocasiona diversos impactos na vida social daquela criança, como o *deficit* cultural que impacta junto com a educação, pois ela não terá o gosto pelos estudos e principalmente pela leitura.

A baixa escolaridade entre a comunidade brasileira, mesmo com o aumento e a facilidade de acesso da educação nos últimos anos, ainda se constitui a realidade da população brasileira, e os alertas para taxas de criminalidades das últimas décadas que estão disparando bruscamente para o topo das estatísticas.

Contudo, a população carcerária já ultrapassa os 700 mil de pessoas privadas de liberdade. O Brasil vem enfrentando desafios para obter soluções e saídas para reduzir a superlotação nas prisões por intermédio de meios ressocializadores, ou seja, a transformação de penas punitivas para penas que o indivíduo possa alcançar com uma eficácia maior a reinserção social e a sua liberdade sem que tenha o risco ter uma reincidência. Um exemplo bem conhecido na sociedade é a atividade exercida pelo trabalho físico.

O trabalho é um dos mais importantes no âmbito de ressocialização do delinquente, onde os sistemas penitenciários vêm se preocupando em criar e implantar diversas formas de atividades de trabalhos para auxiliar na ressocialização, para que o detento possa ser reintegrado na sociedade sem danos morais.

Segundo a LEP no art. 126 “o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena”. De maneira que, a cada três dias trabalhados é reduzido um dia de sua pena. Para poder entender as finalidades de remição, tem que saber o conceito de regime fechado, semiaberto e aberto, compreende-se:

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto (*sic*) ou aberto. A de detenção em regime semi-aberto (*sic*) ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 1º - Considera-se:

- a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;
- b) regime semi-aberto (*sic*) a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;
- c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. (BRASIL, 1984, sem paginação).

Dessa forma, além do trabalho que tem como um meio de atividade para a remição de pena, tem-se por meio dos estudos a mais recente Portaria nº 276 de 20 de junho 2012 do Dapen, que é aplicada especificamente na remição de pena pela leitura. De modo que, a prisão não pode ter apenas forma de castigo, mas também ter objetivo de educar por meio de controle de liberdade, delimitação e disciplina, para que o mesmo cumpra as regras da Lei.

Foucault (2010, p. 293) ressalta que a pena privativa de liberdade não ressocializa o preso, pelo contrário, é visível o aumento da taxa de reincidência (“criminosos permanece estável”), eis que “[...] depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporções consideráveis, antigos detentos [...]”.

Thompson (2002, p. 105) afirma que a chave para o início da reforma dentro das penitenciárias brasileiras é a forma de capacidade para receber o cliente em sua atribuição, ou seja, a penitenciária precisa de estruturas físicas boas, para dar qualidade digna para quem está no meio carcerário não apenas para os internos, mas para quem está ao redor do detento e, principalmente, ter uma equipe de multiprofissionais para lidar e auxiliá-los. Considera-se:

Atividades educacionais e laborerápicas são extremamente relevantes para a ressocialização do apenado, e prevenção da criminalidade mediante a redução da reincidência e mesmo diminuição dos incidentes prisionais como rebeliões e motins. Também são úteis para a diminuição da quantidade de presos, uma vez que atividades educacionais estão associadas à remição da pena. Segundo a Lei de Execução Penal, cada 12 horas de frequência escolar equivalem a um dia a menos de pena. (INFOPEN, 2014, p. 59).

Porém, a educação brasileira possui um *déficit* na sua qualidade bem elevado, a diferença entre os estados, capitais e interiores possui uma desigualdade bem acentuada e a maior parte da população carcerária não possui o ensino fundamental completo. Assim, muitos ficam na ociosidade tanto física como mental, por não possuir uma estrutura adequada para dar o passo inicial da ressocialização. Destaca-se:

A prisão não pode deixar de fabricar delinquentes. Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem: que fiquem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não “pensar no homem em sociedade; é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa”; queremos que a prisão eduque os detentos, mas um sistema de educação que se dirige ao homem pode ter razoavelmente como objetivo agir contra o desejo da natureza [...]. (FOCAULT, 2010, p. 293).

De modo que, pode-se associar a taxa elevada de reincidência ligada com a ociosidade cujo processo de ressocialização não surte efeito, se não for executado de forma correta. De maneira que, o processo de ressocialização necessita ser planejado e revisto para saber quais as melhores alternativas a serem aplicadas, para que o indivíduo não volte a cometer crimes. Segundo Santos (2010, p. 23), “aplicação de pena privativa de liberdade não ressocializa o preso, pelo contrário, 70 a 80% dos presos inseridos novamente voltam a delinquir”.

Aos poucos os projetos de ressocialização estão sendo adaptados e implantados dentro dos presídios. Entretanto, são de forma lenta, devido às resistências dos órgãos públicos de cada estado brasileiro. Geralmente as verbas não são suficientes para a criação dos projetos, e muitas vezes não são repassadas para a implantação e o desenvolvimento dos projetos, mas para serem investidas em outras competências dentro das penitenciárias.

Uma frase muito conhecida por muitas pessoas que gostam de frases filosóficas, e até mesmo, reflexivas é da do Victor Hugo “quem abre escolas, fecha presídios”. Essa frase interliga vários fatores do cotidiano. Com a precariedade muitas

escolas estão se fechando devido à falta de investimento do poder público e pelo alto índice de evasão escolar.

O Brasil, atualmente, vem passando por diversas transformações, principalmente o socioeconômico, como citado anteriormente. Todavia, a questão da criminalidade deu um salto bem grande de alguns anos para cá. Constantemente as mídias divulgam as cidades com os maiores índices de criminalidade e o Estado do Pará não está distante dessas situações de violências na sociedade brasileira.

A ressocialização deveria ter uma atenção maior para que esses índices de criminalidade diminuíssem, de modo que não será eliminada a violência e nem será esvaziada as penitenciárias de maneira rápida e fácil, visto que, as atividades que são implantadas dentro da rotina do preso, descartar aquele mito criado pela sociedade que todo preso possui “vida tranquila e sem fadiga”.

Esse cenário seria desmitificado e diminuiria os preconceitos por parte da comunidade brasileira titulada do “bem”, destaca-se o relato de um ex-detento que está sendo reintegrado na sociedade novamente:

Francivaldo Santos, 46, é um exemplo de que o trabalho traz de volta a dignidade, resgata a autoestima e dá condições para subsistência. Há 13 anos ele foi preso e sentenciado. Graças ao bom comportamento, foi posto em liberdade e conseguiu emprego por meio de convênio com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap). Hoje trabalha como colaborador no Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em Brasília (DF), e ajuda a família a manter uma chácara, de onde tiram seu sustento. Em breve terá quitada toda sua dívida com a sociedade e retornará a ela de forma integral completamente recuperado. (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, sem paginação).

Entretanto, para que os objetivos sejam alcançados com conceito positivo, é necessário que ocorra a interatividade entre os multiprofissionais e convênios entre as empresas e o sistema prisional onde o preconceito com ex-detento é muito grande dentro da comunidade.

Destaca-se:

[...] há uma tendência histórica do Estado em investir no sistema de sanção e punição de crimes, relegando o ato de recuperar os cidadãos sentenciados. “Há pouco engajamento na questão da reinserção social. Minha alegria em participar do lançamento deste selo é perceber que estamos diante de um desafio. O Depen tem todo meu apoio necessário para concretizar esse plano de retomada da dignidade individual e coletiva” [...]. (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, sem paginação).

No entanto, a quantidade de internos que exercem algum tipo de atividade laboral é baixa, considerando o número total de custodiados que o sistema prisional possui. Em alguns estados as penitenciárias não possuem nenhum tipo de atividades, a ser executada entre os internos, devido às condições do meio prisional serem precárias, como a quantidade de funcionário tanto agente prisional como multiprofissional ser pouca para a imensidão de presos que a prisão possui.

Assim, as principais atividades que estão sendo desenvolvidas dentro das penitenciárias, é por meio do trabalho e da educação, recentemente abriram um “leque” para a leitura. Com a implantação e o desenvolvimento de atividades que envolvem as bibliotecas dentro das penitenciárias, o acesso à leitura ficou mais próximo para os custodiados dentro das celas, os livros estão sendo inseridos aos poucos dentro da rotina de cada interno.

3.4 O papel social da biblioteca prisional

Quando se pensa e lembra-se de bibliotecas, imagina-se um local com estantes cheias de livros. E de maneira frequente, as salas de leituras ou até mesmo as salas que acomodam os livros são confundidos com bibliotecas, tendo-se o mito de que a biblioteca é local que guarda somente livros.

A biblioteca é um espaço livre e aberto a todos, para a disseminação e acesso à informação. Porém, na Antiguidade os acessos nas bibliotecas eram restritos, pois com o surgimento e crescimento da humanidade houve a necessidade de guardar os registros dos conhecimentos culturais e as informações da sociedade, e os acessos a esses registros eram restritos, somente liberados para uma pequena parcela da sociedade. Geralmente os que poderiam ter acesso eram os que tinham poder econômico ou político dentro da sociedade.

Milanesi esclarece que (1983, p. 17) os primeiros povos a darem início ao registro de informações para serem armazenadas foram os reis Assírios, Sumérios e os da Babilônia. As informações eram registradas em placas de argila, com a escrita cuneiforme, e a junção dessas placas armazenadas em um local específico eram conhecidas com bibliotecas.

Ao longo do século, as formas de armazenamentos dos registros escritos foram evoluindo, passando por diversas transformações, até surgir o papiro que era utilizado pelos egípcios, esse modelo permaneceu por séculos dentro da comunidade daquele

período pelo qual as transformações nos modelos de escrita foram acontecendo, destaca-se:

As bibliotecas deixaram de serem tesouros para se tornarem serviços e os livros perderem seu valor material para se tornarem material para consumo tornando-se doméstico. Os cidadãos passaram a formar bibliotecas em suas casas, como formavam os reis pré-Gutenberg. (MILANESI, 1983, p. 21).

Aos poucos as informações dos registros foram deixando de ser restrição e alcançando a maioria da população. Assim, a biblioteca deixa de ser restrita, e passa a ter livre acesso. Na atualidade temos quatro tipos de modelos de bibliotecas que se destacam no meio sociocultural: as públicas, escolares, universitárias e as especiais.

Destaca-se o conceito de biblioteca especial:

[...] é o grupo mais heterogêneo de bibliotecas, sendo mantidas pelo poder público, pelas igrejas e por instituições particulares. Na verdade, todas essas bibliotecas têm em comum o fato de serem especiais e especializadas numa determinada área e estarem inseridas em uma instituição à qual devem fornecer os seus serviços de forma exclusiva ou principal. (SILVA NETO; LEITE, 2011, p. 51 apud BENEDUZI, 2004, sem paginação).

Assim, entre as diversas bibliotecas especiais que existem atualmente, destaca-se a biblioteca prisional, que está sendo implantada dentro dos presídios para auxiliar na ressocialização dos custodiados, para que os mesmos possam ser reintegrados no meio social com o mínimo de preconceito.

A maior diferença entre uma biblioteca prisional para as demais é o público-alvo que ela abrange e restrita somente para os que se encontram em restrição ou privado de liberdade. Contudo, seu acervo não se distingue das demais bibliotecas que possui acesso livre.

Apesar das bibliotecas prisionais terem dados históricos, a “formalização” delas nos estabelecimentos penitenciários só teve repercussão a partir do século XXI, principalmente no Brasil. De acordo com Silva Neto e Leite (2011, p. 53 apud JOHN, 2004, sem paginação), em 1870 nos presídios americanos a realização de atividades voltadas para a educação e a leitura, passou a ser um método de reabilitação e reintegração para os presos depois que houve as instalações de bibliotecas.

Colares e Lindemman argumentam que (2015, p. 205) “a biblioteca no cárcere vem com objetivo resgatar a autoestima do encarcerado, devolvendo a ele o alento da esperança dentro do quadro prisional que o torna nada além de um indivíduo que por trás das grades é apenas o número do delito que cometeu”. De modo que, o preconceito

da sociedade contra um apenado, pode ser “derrubado”, por meio das bibliotecas, devido à personalidade que o apenado forma a partir do contato com o livro e os seus recursos que ele tem a oferecer.

A implantação da biblioteca no cárcere faz com que as mentes que estão ociosas comecem a ser ocupadas por atividades prazerosas e junto à ocupação, o enriquecimento do seu aprendizado mediante a leitura e o seu meio sociocultural. É necessária a educação na vida de qualquer ser humano, principalmente de quem está em restrição de liberdade.

No entanto, para que a educação dentro do ambiente prisional tenha pontos positivos é necessário ter uma biblioteca para o auxílio das atividades que serão desenvolvidas pelos internos, auxiliando nos processos de transformações dos presos, para torná-los cidadãos com pensamentos críticos e para que tomem ciência da sua real situação enquanto indivíduos, por meio do acesso da informação e a cidadania. Depreende-se:

[...] a promoção da educação em unidades penitenciárias permite a aquisição da leitura e da leitura de mundo, que por sua vez permite a ressocialização do apenado e sua reinserção ao convívio social. Contudo, é possível também o acesso à informação através da prática da leitura nas bibliotecas, quando existentes nessas unidades. (SILVA NETO; LEITE, 2011, p. 54 apud SILVA, PINTO; BRITO, 2008, sem paginação).

A disseminação da informação por intermédio dos livros e até mesmo de fontes que são confiáveis e corretas, devem ser repassadas para os apenados do modo mais simples possível, para que os mesmos possam ter uma adaptação com os livros e a informação de maneira mais prazerosa para ter o alcance dos pontos positivos na vida do apenado junto com a sua ressocialização, posteriormente ter sua reintegração na sociedade.

O principal papel social da biblioteca prisional é no auxílio da reintegração social, mediante da leitura e da reeducação. Entretanto, esse processo está vinculado à politização e da conscientização de cada indivíduo, principalmente do brasileiro, pois as condições das penitenciárias brasileiras sofrem com o total descaso do poder público.

Não obstante, a biblioteca tem outras funções que podem ser exercidas na comunidade, mas a função em destaque é a mediação da informação repassada para a população. Apesar disso, a informação atualizada por meio de materiais metodológicos

e pedagógicos é instrumento essencial da transformação de cada indivíduo, que não pode ser deixado para segundo plano ou esquecido no meio do problema social.

3.5 A leitura como terapia para ressocialização

Ler é uma das competências mais importantes na vida de qualquer cidadão. É uma questão que necessita ser trabalhada com mais ênfase, em especial no cotidiano da comunidade juvenil. Para ser um bom leitor não basta saber interpretar/identificar as palavras, mas saber compreender o sentido de cada uma dentro de um determinado contexto a ser encaixado.

Deve-se implantar a leitura desde os primeiros momentos da vida escolar de uma criança, para que cresçam com o hábito de leitura. Assim, depois de adulto ter o ato de ler engajado na sua rotina. Porém, não é a realidade da população brasileira atual, a importância da leitura não é repassada com muita ênfase que deveria ser, devido a muitos fatores, principalmente sociocultural.

O ato de ler na sociedade brasileira, ainda é deixado em segundo plano. Às vezes, as crianças não têm acesso às escolas devido seus pais desconhecem a importância da educação básica escolar e por não terem obtido o conhecimento informacional por meio da educação formal, de tal modo que eles não sabem a importância da presença daquela criança na escola.

Diante dessa situação, muitos jovens crescem sem ter concluído a educação básica, perdem a vontade de frequentar um ambiente escolar, e muitos entram no mundo da criminalidade com o pensamento de ter uma vida “fácil” e quando são presos, os mesmos não possuem um tratamento de reintegração para que não venha ocorrer à reincidência. Em consequência disso, a taxa da população prisional cresceu bruscamente, e conseqüentemente tem-se a superlotação nas celas. Destaca-se:

A concepção de mundo que o preso tem dentro do cárcere é constituída quase exclusivamente por meio da televisão, o que limita sua visão da realidade da vida. Ademais, convive-se, no mundo de hoje, com variadas culturas, que são transmitidas numa rapidez fluente, por diversos veículos de informação: internet, TV, jornais impressos, revistas, livros. Com isso, percebe-se a necessidade cada vez maior de as pessoas transitarem de “um lugar” para o “outro”. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 22).

De modo que, a mídia faz com que o preconceito contra a comunidade prisional seja elevado devido o modo da transmissão que a informação é repassada, para

a sociedade de “bem” os detentos não merecem ter “direito nenhum”, interpretam que os direitos que são estabelecidos nas legislações são “regalias”.

Portanto, a leitura pode ser o método usado como mola propulsora na vida de um custodiado. É importante mostrar que por meio da leitura o acesso à informação torna-se mais acessível para obter o conhecimento com várias reflexões, saberes e principalmente o prazer de adquirir novas ações com a leitura. Albuquerque alega que (2009, p. 25) “a linguagem exerce uma função social, por intermédio dela o ser humano se reconhece como humano”. O ato de ler é fundamental para a comunicação entre os seres humanos, sendo necessária a troca de experiências e a prática da interação no meio social.

Consoante Freire (1989, p. 9), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. O ato de leitura de mundo tem sempre um desnivelamento da realidade, devido à dificuldade de ler e interpretar o mundo das palavras que são descritas em um texto.

Dentro da prisão a leitura torna-se aliada para diminuir a ociosidade mental, espiritual e até mesmo física, fazendo com que os custodiados “aprendem a ler” com prazer, e possam ter mudanças de opiniões junto com ampliação de seus conhecimentos, para que tenham a capacidade de inserção na sociedade.

De maneira que, a leitura passa a ser uma forma de contribuição para a humanização, principalmente dentro do cárcere. É fundamental na construção e no desenvolvimento de saberes, para que o mesmo possa trabalhar sua percepção própria de ser humano e desenvolver sua autoestima em diferentes níveis.

O despertar e a curiosidade são os objetos principais para o ensino-aprendizagem. É por meio da mediação da leitura que se pode formar personalidade, pois desde criança se desperta a curiosidade do aprendizado utilizando a leitura, com narração de histórias.

Entretanto, o custodiado já passou dessa fase e não usufrui desse privilégio (uma “regalia” que poucas crianças obtiveram), terá um processo demorado para recomençar à prática de leitura, devido a muitas penitenciárias brasileiras não terem estrutura física e nem profissional suficiente para o auxílio no processo educativo de leitura. Para Bamberge (1995, p. 10) “a leitura é um dos meios mais eficazes de desenvolvimento sistemático da linguagem e da personalidade”.

A importância dos livros dentro da sociedade brasileira, ainda é deixada para segundo plano devido à falta de hábito de ler, visto que, poucas pessoas leem pelo prazer que a leitura transmite. Atualmente, dentro das escolas não se tem mais as famosas “leituras obrigatórias” que eram utilizadas para “incentivar a leitura”, para fazer o vestibular.

No entanto, as falhas no incentivo da leitura são grotescas, devido à precariedade das escolas, a falta de bibliotecas dentro da comunidade periférica (onde a taxa de criminalidade é maior) e a omissão do poder público com a educação. E nas penitenciárias, as situações não são diferentes devido à proporção de profissionais dentro dos presídios para a quantidade de internos existentes. As legislações em geral possuem grandes lacunas nos sistemas prisionais, sobretudo na implantação e no desenvolvimento de projetos dentro dos presídios. A leitura pode suprimir algumas barreiras existentes nas prisões, compreende-se:

Para os jovens leitores, os bons livros correspondem às suas necessidades internas de modelos e ideias, de amor, segurança e convicção. Ajudam a dominar os problemas éticos, morais e sociopolíticos da vida, proporcionando-lhes casos exemplares, auxiliando na formulação de perguntas e respostas correspondentes (e a pergunta é por si mesma, uma forma básica de confrontação intelectual). (BAMBERGE, 1995, p. 11).

Perante o exposto, podem-se obter bons resultados na efetivação de bibliotecas prisionais, com programas metodológicos voltados à leitura. É necessário o incentivo de leitura, sendo de forma contínua dentro do cárcere, para termos uma garantia de que a ressocialização tenha pontos positivos, quando se utiliza a leitura como uma das principais ferramentas.

Dessa maneira, as bibliotecas em geral são os principais meios de disseminação de informação, visto que, todos os dias há novas informações que foram ou estão sendo geradas. No cárcere, os detentos não podem ter contato nenhum com “tecnologia de sistema”, a biblioteca é um dos únicos meios que podem levar a informação dentro das celas.

A leitura não é nenhum método de ensino-aprendizado e sim um método que possuem objetivos a serem alcançados e que necessitam de cuidados na hora de desenvolver e repassar para os que buscam o aprendizado da leitura. Como também, atentar para os fatores que devem ser influenciados na hora da prática de leitura.

4. AS FUNÇÕES DA LEITURA NAS PRISÕES

Este capítulo fundamentou-se nas funções a serem exercidas pelos bibliotecários dentro das bibliotecas prisionais e como esses profissionais podem auxiliar no processo da ressocialização dos internos com a utilização de uma das principais ferramentas que biblioteca possui que é a disseminação da informação por meio da leitura.

De maneira que abordará brevemente o contexto e a importância da biblioterapia dentro das unidades prisionais, mostrando a importância da interdisciplinaridade entre os profissionais atuantes dentro do sistema penitenciário, descrevendo mais um aspecto positivo para a reintegração do apenado na sociedade.

4.1 O trabalho do bibliotecário no cárcere

A Biblioteconomia possui diversos atributos para o tratamento da informação desde a aquisição, seleção de materiais até o meio que será disseminado a informação. Com a evolução da tecnologia, os serviços de informação foram sendo modificados ao longo do tempo, os livros já não são os únicos meios de informações que possuímos, têm-se os meios digitais, virtuais etc., que evoluíram de maneira alarmante.

Com o aumento de diversos tipos de informações que são geradas diariamente, esses conhecimentos necessitam de organizações para poderem ser recuperadas de formas rápidas e práticas. Dessa forma, como toda informação precisa de organização, todo bibliotecário necessita estar à frente dessas organizações.

O serviço do bibliotecário vem sendo valorizado, devido à quantidade de informações sociais que estão sendo destacadas e pelo seu papel social que vem sendo exercido dentro da sociedade. Apesar de a palavra Biblioteconomia ser bem difícil de ser compreendida, as funções executadas pelos bibliotecários são fáceis de serem notadas pela sociedade que busca novas informações todos os dias.

A implantação de biblioteca prisional apresenta formas alternativas que possam ser eficazes na reinserção dos indivíduos que se encontram em restrição de liberdade. O bibliotecário como profissional intelectual, necessita vencer barreiras profissionais, para desenvolver sua função dentro da biblioteca prisional.

Sem embargo, o bibliotecário não sai preparado da faculdade para trabalhar numa biblioteca em ambiente prisional devido à quantidade de bibliotecas prisionais

brasileiras serem insuficientes para o total de penitenciárias existentes, às vezes, é pelo preconceito social, pelo simples fato de mediar à informação para um criminoso, no qual a sociedade entende que “defendemos ou se apadrinha” um delinquente.

De maneira que, o profissional consegue contornar estas situações e seguindo sua jornada. Um dos meios a serem seguidos são a implantação e o desenvolvimento de atividades por intermédio do bibliotecário no cárcere, visto que, mediará às informações e levará as ações de leituras para os custodiados nas celas. Portanto, o bibliotecário consegue se “vestir” de terapeuta para o auxílio na ressocialização, pois não é qualquer profissional que consegue atuar na área como terapeuta, visto que, é necessário ter humanização espiritualmente para lidar com os internos, destaca-se:

[...] a nova missão do bibliotecário, incomparavelmente superior a todas anteriores. Até hoje ela se tem ocupado principalmente do livro como coisa, como objeto material. A partir de hoje terá que cuidar do livro como função viva: terá que exercer a política do livro e tronar-se domador do livro enfurecido. (ORTERGA Y GASSET, 2006, p. 39).

O bibliotecário é a principal chave do ambiente que transmite informação. Assim tem deixado para trás os paradigmas dos bibliotecários que existiam nos séculos passados nos quais os profissionais só deveriam trabalhar com a catalogação e classificação de livros. De tal forma, tem mostrado sua importância e responsabilidade social diante da sociedade.

A interdisciplinaridade do bibliotecário no meio social faz modificações de aspecto positivo, pois agem como grandes agentes de disseminações de informações no meio social. A cultura brasileira é muito dispersa no assunto de bibliotecas dentro das comunidades periféricas, a maior parte das bibliotecas existentes no país são centralizadas em áreas urbanas elitizadas.

Portanto, as funções do profissional a serem desenvolvidas numa biblioteca prisional não se diferem das demais bibliotecas que possuem acesso por usuários que não estão em restrição de liberdade. De tal modo que existe a necessidade do bibliotecário deixar de lado a imagem da biblioteca como local que guardar somente livros nos acervos, e ao mesmo tempo ele sendo o “atendente” ou “repcionista” da biblioteca.

No cárcere, o bibliotecário atua como mediador da informação, utilizando uma das chaves principais que é a biblioterapia realizada no ambiente prisional, sendo umas das principais pontes para o alcance dos aspectos positivos para a ressocialização do indivíduo em restrição de liberdade.

No Brasil, a reeducação de um apenado é considerada um grande desafio para quem está à frente do sistema prisional. As falhas na reintegração dos custodiados são enormes problemas para a sociedade, devido os resultados que estão sendo obtidos das ressocializações, que são de âmbitos negativos.

Com o bibliotecário no ambiente prisional, fazendo parte do quadro de profissionais atuantes nas penitenciárias, poderiam ser alcançados bons resultados para a reintegração do apenado, porém, é necessário que as medidas políticas sejam executadas corretamente, com a implantação de bibliotecas prisionais, com estruturas adequadas para os que iram usufruir da biblioteca.

Assim, cabe ao profissional da informação que atuará no ambiente prisional desenvolver atividades inovadoras, junto aos internos, como as variadas atividades (educacionais e culturais) cujas atividades desenvolvidas contribuam na reeducação, reintegração e na ressocialização dos detentos, e que os mesmos possam se sentir humanizados por meio de uma roda de leitura, uma contação de histórias e entre outras atividades que possam ser acrescentadas.

As atividades praticadas pelos internos serão métodos de afastamentos da ociosidade mental, física e espiritual, o qual o profissional da informação não precisa ser “mestre” de bibliotecas prisionais e sim saber desenvolver as atividades sociais na comunidade prisional. As dificuldades que podem existir, vão às diferenças de como lidar com pessoas que são consideradas e moldadas no olhar da sociedade de “alta periculosidade”.

O bibliotecário precisa acreditar que na biblioteca em que atua ele pode modificar e suprir as necessidades daquele ambiente, conquistando a confiança dos internos e trazendo para junto de si, e repassando a sua importância diante daquela comunidade prisional de maneira que eles tenham boa aceitação das atividades que serão oferecidas a eles.

Dessa forma, o profissional da informação e o apenado se fortalecem em atuação conjunta, devido à troca ter se tornado a favor naquele ambiente no qual a ressocialização se destaca dentro do cárcere, trazendo saldos positivos e deixando de lado a ociosidade dentro da prisão.

Assim, o bibliotecário precisa utilizar a principal ferramenta dentro do ambiente prisional, assim como o exercício do diálogo e a sua atenção com o apenado. E acreditando sempre nas mudanças sociais que a biblioteca prisional possa ter, visto

que, será o fortalecimento dos laços entre a biblioteca e os custodiados, para alcance positivo da ressocialização.

Contudo, é necessário que o bibliotecário tenha competências primordiais para desenvolver seu trabalho na biblioteca prisional, são características semelhantes às de um bibliotecário da biblioteca pública, sendo necessário conhecer as particularidades que o sistema prisional possui e como desenvolverá suas dinâmicas dentro do ambiente prisional.

Dessa forma, as competências específicas se destacam entre as dinâmicas a serem executadas pelos bibliotecários no ambiente prisional. Evidencia-se:

[...] essas competências poderiam ser enumeradas da maneira que fosse desejável e necessária as que a seguir se referem:

- equilíbrio emocional;
- postura dinâmica;
- boa cultura geral;
- capacidade de adaptação (ambiente prisional);
- boa comunicação oral;
- conhecimentos de línguas (depende do país e do contexto);
- capacidade de liderança e de supervisão (trabalho com reclusos);
- interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística;
- gosto em trabalhar na educação de adultos;
- criatividade;
- sensibilidade e atenção;
- capacidade inventiva e de abstração;
- conhecimentos de Direito e de legislação penal. (EIRAS, 2007, não paginado).

Apesar dos desafios enfrentados na comunidade prisional, as intervenções fortes da mediação são os pilares fundamentais para derrubar as “muralhas” da dificuldade, sendo que nesses espaços as oportunidades começam a surgir. Sendo que em qualquer lugar de trabalho haverá o lado fraco e o lado mais fortes, podendo não ser suportado pelo profissional. Porém, é o profissional que cria o seu ambiente de trabalho.

4.1.1 Biblioterapia no cárcere

Os objetivos da biblioterapia são simples, porém, complexos no auxílio de resolução de problemas entre doenças (físicas, mentais e espirituais) e para quem está em restrição de liberdade. Caldin pontua que (2001, p. 33) são necessárias a

interdisciplinaridade e a cooperação de bibliotecário e psicólogo, para desenvolver o trabalho da biblioterapia, pois são dois profissionais que estão ligados diretamente na área. Têm-se vários conceitos e definições de diferentes autores sobre o a biblioterapia, compreende-se o mais simples e objetivo:

[...] biblioterapia como leitura dirigida e discussão em grupo, que favorece a interação entre as pessoas, levando-as a expressarem seus sentimentos: os receios, as angústias e os anseios. Dessa forma, o homem não está mais solitário para resolver seus problemas; ele os partilha com seus semelhantes, em uma troca de experiências e valores. Direcionando a biblioterapia para a infância, apresentou como objetivos básicos da função terapêutica da leitura, o proporcionar uma forma de as crianças comunicarem-se, de perderem a timidez, de exporem seus problemas emocionais e quiçá físicos. Entendeu a biblioterapia como catarse, que vale-se da identificação (pela projeção e pela introjeção), da introspecção e do humor. (CALDIN, 2001, p. 36).

A chave principal da biblioterapia são os livros ligados à leitura. É um dos métodos que estão sendo implantados dentro dos presídios, com a finalidade de auxiliar na ressocialização, e para que seja uma “ponte” para o apenado mudar seu comportamento, visto que, terá início dentro da prisão, de tal modo que, no alcance de sua liberdade, ele seja reinserido na sociedade novamente, sem preconceito.

Os pontos fortes da biblioterapia ainda estão bem distantes da realidade, devido às estruturas que os presídios se encontram atualmente. Como mencionado anteriormente, a falta de investimento do poder público dentro dos estabelecimentos prisionais, é a principal barreira para o desenvolvimento da biblioterapia dentro das penitenciárias.

A nova “chance” de um apenado possuir uma enorme barreira diante da sociedade é pouca, pois a população não acredita que exista algum método de ressocialização, reeducação e reintegração para o detento, devido o índice de criminalidade ter multiplicado. A comunidade interpreta: o interno não busca ou não quer melhorar o seu comportamento, porém ao mesmo tempo o cidadão de “bem” não entende por que a taxa de reincidência está alta?

Não é apenas a alta taxa de reincidência, mas como as fugas em massa e as rebeliões que estão com maior frequência, comparando os anos anteriores. Todos sabem que as prisões são locais totalmente desagradáveis e a sua finalidade é apenas de punir alguém que comete delitos, porém as prisões devem ter objetivos e finalidades além de punir, bem como ressocializar, reintegrar e reeducar.

Nesse viés, Sebastião (2012, p. 69) assinala que “a existência da prisão e o seu papel na regeneração dos comportamentos, ‘menos corretos’ com vista à reinserção social assentam na ideia de que o homem é recuperável e que a sociedade tudo deve fazer para nela reintegrar aquele que se 'desviou' da mesma”. A biblioterapia é uma das principais ferramentas para que ocorram mudança e regeneração do comportamento do apenado.

Todavia é necessário que tenha uma biblioteca dentro da prisão, e junto os profissionais específicos do setor. Ainda segundo Sebastião (2012, p. 69 *apud* BROWN, 1975, p. 167), “em nenhum lugar do mundo é tão necessário à existência de uma biblioteca como na prisão”. Como forma de minimizar o *stress*, de desligamento do ambiente em que se encontra atualmente, para a reflexão e a transformação do seu meio interior.

Portanto, a leitura “casada” com uma biblioteca e com o bibliotecário podem ter contribuições favoráveis na vida do apenado. De modo que, para que alcancem aspectos positivos é necessário à introdução de competências da alfabetização, para os presos que não possuem nenhum tipo de escolaridade, e os que já são alfabetizados, ampliem suas habilidades educacionais e de leitura.

E um dos âmbitos importantes na biblioterapia é a importância do bibliotecário dentro do cárcere, e junto o trabalho de introduzir a prática da leitura dentro do ambiente prisional, pois o hábito de leitura na sociedade brasileira possui um *déficit* elevado, devido o acesso à educação ser difícil em muitos estados brasileiros, principalmente nos interiores afastados das capitais.

A comunidade penitenciária não possui grandes diferenças no âmbito de leitura, comparando com quem se encontra em liberdade, ou seja, sem nenhum delito. A tarefa do bibliotecário deve ser bem sutil, na hora de mostrar a importância da leitura para o apenado, e fazê-lo refletir que pode ser utilizado como uma terapia mental, física e espiritual, para que o mesmo consiga alcançar a transformação do seu ego, e torná-lo o ato de ler em lazer físico e mental.

No entanto, é necessário que o bibliotecário prisional tenha força de vontade em cumprir sua missão diante de cada preso, como também, é preciso que o profissional saiba inovar métodos de incentivo à leitura, e mostrar que não são só os livros que são importantes na vida social daqueles internos, mas também ratificar a importância dos bibliotecários que estão dentro das bibliotecas no setor prisional.

5 OS PROJETOS DE REMIÇÃO DE PENA POR MEIO DA LEITURA NAS PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO PARÁ

Este capítulo fundamentou-se nos projetos que envolvem a remição de pena por meio da leitura nas penitenciárias do Estado do Pará. Será abordado um breve contexto histórico da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe).

5.1 Breve contexto histórico da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe)

Santa Maria de Belém do Grão-Pará, conhecida hoje como Belém do Pará, foi fundada em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco. É a partir da reclusão de Castelo Branco, em 1619, que se tem o marco inicial das prisões dentro do Estado do Pará. Jesus elucida que (2010, p. 3) Castelo Branco ficou recluso em uma habitação de fortificação da cidade, onde a finalidade de reclusão era a definição de sua pena.

Jesus (2010, p. 3) ressalta que “a reclusão como punição originou-se no costume da igreja de punir o clero, o isolamento era a ferramenta decisiva para a reconstrução racional e aproximação do indivíduo com Deus”. Nesse período os dogmas da igreja deveriam ser seguidos rigorosamente e quem fosse contra as regras da igreja sofriam graves punições.

As prisões eram locais insalubres e localizados nos subterrâneos das cidades e na capital do Grão-Pará não era diferente. Na época, a principal figura governamental era o governador Pedro Cezar Menezes, no qual ordenava a construção das prisões subterrâneas, que eram destinadas aos que cometiam crimes. Um marco histórico nas construções das prisões no Estado do Pará, no governo de Ignácio Coelho Silva, foi a construção de uma masmorra subterrânea que era totalmente úmida e escura a qual foi demolida quarenta anos depois (JESUS, 2010, p. 3). Com isso, as prisões de Santa Maria foram surgindo e ao mesmo tempo deixando grande marcos históricos na cidade, destaca-se:

A expansão urbana após 1808 transformaria a rotina das casas penais, nas capitais do Brasil os escravos transformados em prisioneiros foram amplamente utilizados nas obras públicas. As poucas ações humanitárias nas cadeias públicas eram desenvolvidas em princípio

por irmandades religiosas, em Belém a Santa Casa de Misericórdia, de maior destaque na Província, tinha entre outros objetivos preservar a mão de obra dos presos que eram utilizados nas obras públicas. (JESUS, 2010, p. 4).

De maneira que, as modificações e os surgimentos das legislações fizeram com que houvessem grandes mudanças nos ambientes prisionais dos estados brasileiros e nas formas de punições que eram praticadas contra os prisioneiros. Em 1890 a capital do Grão-Pará adere o novo Código Penal.

Jesus esclarece que (2010, p. 4) a Lei 101, de 22 de junho de 1893 autorizava o governo de Lauro Sodré à construção de presídios, como o Presídio de São José Liberto, que tinha a finalidade de abrigar pessoas com doenças mentais, pois muitos criminosos da época eram considerados loucos e deveriam ser internados em casa de punições.

De modo que, a Lei nº 1.747, de 18 novembro de 1918 autorizava a criação da Escola de Reforma que era localizada em Marituba nas margens da estrada de ferro. E com a implantação do Decreto Federal nº 16665, de 6 de novembro de 1924 que estabelecia as normas da pena e das condições para entrar em liberdade, dando início à criação do decreto nº 4264, de 01 de fevereiro de 1926 para a constituição do Conselho Penitenciário do Estado do Pará, que tinha seu prédio sede no presídio de São José Liberto.

A Lei nº 4713 de 26 de maio de 1974 cria a Susipe, que tinha sua vinculação com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP). Esta mesma lei autorizou a inauguração da Vila de Americano em Santa Izabel do Pará no dia 16 de agosto de 1977, visto que, com os surgimentos de novos Centros de Recuperação em Santa Izabel do Pará, a Vila de Americano passou a se chamado de Complexo de Americano do Pará, depois da realização de uma audiência pública.

Contudo, mais tarde a Susipe se desvincula da Secretária de Segurança Pública e passa a ser uma Autarquia com missões, finalidades e funções. Sua missão se destaca em: “possibilitar tratamento humano aos que cumprem pena em estabelecimentos prisionais; bem como tratamento adequado ao condenado, buscando, nesse sentido, a efetiva política de proteção à vida e de prevenção ao crime” (SUSIPE, 2010, sem paginação).

Conforme o relatório de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2016, p. 8), a população carcerária no Estado do Pará era de 14. 212 mil, com uma taxa de aprisionamento de 172, cujo total de vagas é de 8.489, sendo que 48%

de encarcerado não foram julgados, ou seja, ainda aguardam sua sentença. É notoriamente que o sistema penal necessita de grandes medidas para contornar essa situação da superlotação carcerária, pois a situação é caótica em todo o país brasileiro.

Segundo dados da Susipe, a população carcerária paraense do ano de 2017 é de 17.898 de encarcerados, sendo que a maior população carcerária é do sexo masculino, do qual a tipificação criminal é de roubo qualificado no art. 157 da Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e logo em seguida tráfico de entorpecentes. Entretanto, a taxa de encarceramento de mulheres teve um aumento na última década, principalmente por envolvimento com tráfico de drogas, visto que, 42% de mulheres presas respondem por tráficos de entorpecentes.

A Susipe possui doze unidades prisionais em todo Estado do Pará. Sua divisão é por mesorregiões e dentro dessas unidades prisionais se tem quarenta e cinco (45) sistemas prisionais e um (1) Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico, destacam-se as mesorregiões das unidades prisionais:

- Metropolitana;
- Guamá;
- Rio Caeté;
- Araguaia;
- Carajás;
- Tocantins;
- Baixo Amazonas;
- Lago de Tucuruí;
- Rio Capim;
- Xingu;
- Marajó;
- Tapajós.

Desse modo, a população carcerária paraense se divide nessas doze mesorregiões, cabendo à Susipe, aplicar a sua missão e suas funções básicas. Compreende-se que uma dessas principais funções executadas pela Susipe (2010, sem paginação) é a de “planejar, coordenar, implementar, executar e fiscalizar programas, projetos e ações que assegurem os direitos de pessoas presas, internadas e egressos, e os relacionados à reintegração social, ao trabalho, à educação e à saúde”.

5.2 Os projetos remição de pena por meio da leitura nas penitenciárias do Estado do Pará

Aos poucos os projetos para reinserção social estão sendo explorados pelos órgãos do poder público do Estado, apesar de existirem vários projetos dentro de

algumas penitenciárias do Estado do Pará, porém o número de internos que participam de alguma atividade dentro da prisão é insuficiente para o total de encarcerados que se tem atualmente.

A Susipe tem em torno de 21 projetos que envolvem os internos em atividades voltadas ao trabalho, como: jardinagem, manipulação de alimentos, fruticultura e etc., a maioria dos projetos que são desenvolvidos dentro das penitenciárias é desempenhada voluntariamente pelos internos, e alguns desses projetos são remunerados, para ajudar os custos dos apenados.

É necessária toda uma equipe para está à frente da reinserção social, para que assistência ao apenado tenha uma abrangência maior, e com aspecto positivo. A reinserção social é dividida por coordenadorias, onde cada âmbito se tem a coordenação específica, como a coordenadoria da educação prisional, de assistência ao egresso e a família, de saúde prisional e de trabalho e produção.

Assim, a coordenadoria de educação está à frente da questão da educação básica e profissional, buscando e auxiliando o interno a garantir a elevação da escolaridade, qualificação para o trabalho e ao mesmo tempo buscando sua liberdade, por meio da remição de pena pelos estudos e pela leitura. A ação desenvolvida pela Susipe tem caráter de educação formal e educação informal.

Dentro da educação formal se tem a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo parceria com a Secretaria de Educação do Estado (Seduc), e alguns municípios estão sendo ofertado com as Secretarias Municipais de Educação, por meio de uma Cooperação Técnica, do qual o EJA é ofertado em 33 unidades prisionais do Estado, dentro os projetos de educação formal têm-se:

- Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente (Tempo de ler) – em que seu objetivo é a oferta da educação de alfabetização, com a finalidade de erradicar o analfabetismo nos estabelecimentos prisionais;
- Brasil alfabetizado – em que seu objetivo é a contribuição da universalização do ensino fundamental, e promovendo apoio as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos no sistema prisional;
- Leitura que liberta – onde seu objetivo é desenvolver nos (as) leitores (as) as potencialidades de leitura, interpretação e produção da escrita, junto tendo a remição da pena através da leitura;

- Arca da leitura – que objetiva a viabilização do acesso à leitura dentro do bloco carcerário, abrangendo toda comunidade carcerária que ali se encontra.

De maneira que, a educação informal ou profissionalizante, é desenvolvida ações, atividade voltada ao lazer e cursos para o apenado ser capacitado, visto que, suas chances de ser inserido no mercado de trabalho serão maiores, ou seja, cursos profissionalizantes, dos quais são executados através de parcerias com as instituições governamentais e não governamentais, que são coordenadas pela Gerência de Ensino Profissionalizante (GEP/CEP).

5.2.1 Projeto Leitura que Liberta

O Projeto de remição de pena pela leitura “A Leitura que Liberta”, desenvolvido pela Susipe com parceria com a Seduc e a Defensoria Pública do Estado, criado a partir das portarias nº 01/2014 da 1ª Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém e nº 088/2014 da 2ª Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém, no qual o projeto foi criado no ano de 2015.

A remição de pena pela leitura teve fundamentação a partir da Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, onde cada estado deve desenvolver um projeto específico referente ao apenado. De maneira que, a Portaria Conjunta 276/2012 do Departamento Penitenciário Nacional, ressalta que a remição de pena pela leitura nas penitenciárias federais deve ser executada para os custodiados em regime fechado.

A penitenciária de Cantaduvras (PR) foi a pioneira a implantar e a desenvolver o projeto de remição de pena pela leitura, visto que, os demais presídios federais e estaduais de outros estados aderiram ao projeto. Desse modo, a remição de pena pela leitura oferece a possibilidade do apenado reduzir sua pena e adquirir e aprimorar seu intelectual.

Assim, para que o aprisionado alcance os objetivos do projeto de remição de pena pela leitura é necessário ler a obra disponibilizada no acervo, fazer uma resenha com os básicos critérios da escrita (a estética, a coerência com o tema e a fidedignidade, isto é, com as próprias palavras do interno), sendo que para a efetivação da portaria é necessário ter no mínimo 20 exemplares de cada obra a ser trabalhada.

Conforme o art. 4º da portaria o apenado terá um prazo de 21 a 30 dias para ler a obra literária, e ao final do prazo, entregar a resenha da obra, a qual possibilitará a

avaliação dos critérios legais, para que o interno possa remir quatro (4) dias de sua pena. Assim, ao final de doze (12) obras lidas e avaliadas o aprisionado terá a capacidade de remir sua pena em até quarenta e oito (48) dias no prazo de doze meses (um ano).

No entanto, o principal objetivo do projeto é a ressocialização do aprisionado acerca da leitura, visto que, busca construir estratégia de mediação para aproximação do preso com os prazeres que a leitura pode oferecer, fazendo com que os mesmos possam formar pensamentos críticos e refletir sobre a situação que se encontra. Destaca-se:

Por meio da leitura resgatamos nossas lembranças mais especiais, que fazem parte da nossa cultura. Essa cultura que nos foi dada tem como finalidade a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus atos, porém essa cultura se dilui e se perde diariamente, e é este saber, esta cultura que precisa ser recuperada. (BRITO, 2010, p. 3).

Segundo Brito (2010, p. 3), quando se ler consegue fazer uma interligação com o autor do texto, fazendo o leitor resgatar lembranças de infância, ou seja, o leitor passa da vida real e adentra no texto, este passa a exercer seu papel de mediação para o leitor, a leitura tem características para incentivar o leitor a ler mais, destaca-se:

- a) a primeira motivação para ler é simplesmente a alegria de praticar habilidades recém-adquiridas, o prazer da atividade intelectual recém-descoberta e o do domínio de uma habilidade mecânica.
- b) a leitura impulsiona o uso e o treino aptidões intelectuais e espirituais, como fantasias, o pensamento, a vontade, a simpatia, a capacidade de identificar etc.
- c) a leitura suscita a necessidade de familiarizar-se com o mundo, enriquecer as próprias ideias e ter experiências intelectuais.
- d) tais motivações e interesses íntimos, geralmente não percebidos conscientemente pela criança, correspondem a concepção definidas de suas experiências prazer ao encontrar coisas e pessoas familiares (histórias ambientais) ou coisas e não-familiares (livros de aventuras), desejo de fugir da realidade e viver num mundo de fantasia (contos de fadas, histórias fantásticas, livros utópicos), necessidade de autoafirmação, busca de ideias (biografias), conselho (não-ficção), entretenimento (livros de esportes, etc.). (BAMBERGER, 1995, p. 32).

No estado do Pará o projeto de remição de pena pela leitura abrange atualmente o Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II (CRPP II), Centro de Recuperação do Coqueiro (CRC), na Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel (CPASI), no Centro de Recuperação Especial Cel. Anastácio das Neves (CRECAN) e no Centro de Recuperação Regional de Castanhal (CRRCA). Além da leitura, os custodiados são contemplados com vídeo-aulas e palestras sobre o tema escolhido para o semestre.

As expectativas de o Projeto ser bem realizado dentro do ambiente prisional são altas, pois os internos descobrem uma forma de diminuir a sua angústia diante da situação que ele se encontra. Acredita-se que nem outras atividades exercidas dentro da prisão como o trabalho faz o apenado refletir sobre sua vida atual, quanto o estudo, e junto à prática de leitura.

O Projeto ainda está em processo de expansão para as penitenciárias do interior do estado, de modo que está sendo um grande avanço dentro do ambiente prisional, comparando os projetos existentes em algumas penitenciárias de outros estados brasileiros, o Pará está alcançando pontos positivos, a estimativa que mais de 200 internos já participaram do projeto desde a sua implantação nas prisões do estado.

O sonho dos apenados é a conquista de ter sua liberdade novamente. Os sonhos dentro das prisões estão sendo as bases primordiais na vida desses internos. Antes de entrar na prisão, muitos deles não tinham sonhos, e depois que tiveram a sua restrição e a liberdade, passaram a ter sonhos, ou apenas despertaram seus sonhos que se encontravam adormecidos dentro de si.

Dessa forma, o Projeto precisa abrir para voluntários acadêmicos ou pessoas que tem interesse pelo assunto, devido à desproporcionalidade de profissionais para atuarem no Projeto. Entretanto, é necessária a divulgação do Projeto em outras mídias sociais, para que a sociedade possa ter uma visão de como os presos podem ser ressocializados, e para que empresas privadas possam aderir parcerias.

Contudo, é necessário que o Projeto tenha “portas” abertas para a comunidade estudantil, para que os mesmos possam desenvolver atividades e até projetos que possam ser conciliados com o existente, sendo mais flexível nas questões burocráticas.

5.2.2 Projeto Arca da Leitura

O Projeto Arca da leitura é um projeto para implantação de bibliotecas móveis dentro das penitenciárias do estado do Pará, que foi elaborado a partir do projeto de intervenção nº 01/2011, elaborado pela Divisão de Educação Prisional (DEP) da Susipe. Seus responsáveis são: o Superintendente Mauro Barbas, na avaliação e coordenação, Marizangela Fuckner na elaboração, Jonildo Sousa Oliveira na produção gráfica e na revisão, Erlyc Ferreira de Aviz.

A Arca da Leitura objetiva contribuir e estimular o hábito da leitura dentro do ambiente prisional, visando que a leitura alcance a maior quantidade possível de

internos dentro dos blocos carcerários possibilitando o apenado ter o contato com maior frequência e ao mesmo tempo ampliar seus conhecimentos intelectuais.

O início do projeto foi no ano de 2012 nos Centros de Recuperação I e II e no Complexo Penitenciário de Americano em Santa Izabel do Pará, na Região Metropolitana de Belém, contando atualmente com 22 bibliotecas móveis na capital e em presídios de dez municípios do interior do estado. A principal finalidade do projeto é a recuperação dos apenados através da leitura, para que os mesmos possam ser reintegrados socialmente diante da sociedade.

O Projeto Arca da Leitura possui uma estante com cerca de 150 livros, ficando sob a responsabilidade de um interno, visto que, antes de exercer a função, este recebe uma espécie de treinamento, no qual o interno já se qualifica para exercê-la, sendo o monitor da biblioteca móvel, ficando ainda responsável de levar os livros até às celas dos blocos carcerários.

As caixas estantes são de madeiras adaptadas em carrinhos de carga dividida em seis prateleiras com obras distribuídas entre romance, literatura variada, livros religiosos, de saúde e etc. Atualmente, o acervo conta com mais de 23 mil obras que foram adquiridas por meio de doações de editoras, instituições privadas e públicas e por pessoas que tomaram conhecimento do projeto.

Ressalta-se que toda a estrutura de marcenaria é produzida pelos internos do Presídio Estadual Metropolitano I (PEM I) no município de Marituba. Com o destaque do projeto, o objetivo é ampliação em todos os cárceres do estado. No objetivo de formar leitores e agentes de leitura voluntários para estimular, incentivar, ampliar, diversificar e repassar os conhecimentos adquiridos ao longo do projeto para os demais internos, e intensificar que através da leitura qualquer preso pode atingir o ponto ideal da ressocialização e levantar sua autoestima.

A garantia da sobrevivência para a população encarcerada em sua vida pós-cárcere, reabre a questão de que é necessário ter medidas socioeducativas dentro do ambiente prisional, para que o mesmo tenha a possibilidade de reintegração social, por meios e ações que visem à empregabilidade, renda, educação e uma qualificação profissional.

O estímulo para o alcance de uma boa educação é adquirida por meio da prática de leitura, para que se tenha um resgate do valor ético humano, da responsabilidade, conquista da cidadania e a mudanças dos hábitos e seus valores, o que nos leva a perceber que a importância da biblioteca dentro do cárcere é tão primordial,

quanto dentro da escola e as principais características da população prisional são advindas de situações socioeconômicas abaixo da linha de pobreza que não possuem nem o nível fundamental completo.

As ações que são desenvolvidas pela equipe responsável do projeto acreditam que ele possa contribuir diretamente na formação de “novos cidadãos”, que serão reintegrados socialmente, com essência de ter valores éticos e morais e a possibilidade de crescer profissionalmente.

Assim, promover a leitura dentro do cárcere é tirar o interno de sua ociosidade física, mental e espiritual. É fazer o apenado adquirir novos conhecimentos metodológicos. Entretanto, é necessário que se tenha interdisciplinaridade entre os profissionais que atuam no projeto. É preciso que junto ao pedagogo, psicólogo, professores de língua portuguesa, tenha um bibliotecário para atuar junto à equipe.

Entretanto, o *marketing* do Projeto é fraco diante das mídias sociais, devido a pouca divulgação nas redes virtuais e físicas, sendo necessário ter uma divulgação maior para difundir as finalidades e os seus objetivos perante a sociedade. Contudo, é necessário ter mais ênfase na questão do voluntariado de pessoas de fora, como acadêmico e pesquisadores da área e tendo menor questão burocrática no acesso as informações do Projeto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a quantidade de encarcerados no país brasileiro deu um salto muito longo nessa última década, são necessárias medidas urgentes para a estabilização ou a diminuição de presos dentro das penitenciárias. O poder público precisa dar um suporte maior para as prisões brasileiras.

Tendo em vista os aspectos apresentados, a falta de estrutura dentro do cárcere é um dos principais fatores para que se tenha superlotação dentro do ambiente prisional, devido não ter estrutura suficiente para executar atividades diante dos apenados, e assim se tem um grande número de detentos ociosos.

Assim, o índice da taxa de reincidência tem aumentado bruscamente, sendo que, todas as prisões brasileiras estão passando pelo problema da superlotação, e as quantidades de projetos para o número de internos são insuficientes, fazendo a “balança” de reinserção social ser desigual, diante da comunidade prisional.

Logo, o número de rebeliões, chacinas, fugas em massa e crimes dentro das unidades prisionais, e até fora da prisão, tiveram grandes repercussões nos últimos anos, fazendo apenas o aumento das estatísticas da criminalidade, e ao mesmo tempo a sociedade desacredita em sistema de reintegração social para o apenado.

Diante disso, o indivíduo ao ser preso passa a ter mudanças bruscamente na sua vida, passando a integrar uma nova comunidade, sendo obrigados a deixar alguns hábitos de lado, tendo uma vida repleta de restrições e obrigações, circunstâncias que talvez nunca tenha sido exercida na sua rotina de modo que as poucas atividades implantadas dentro do cárcere fazem mudanças significativas na vida do apenado.

Os projetos implantados e executados dentro das penitenciárias têm alcançado aspectos positivos na vida do encarcerado. Dessa forma, no meio de tantas prisões superlotadas, o livro pode ser considerado uma das chaves primordiais na busca de reeducação, reintegração, ressocialização dentro das penitenciárias.

Nas penitenciárias que possuem bibliotecas, tem atingido números crescentes de internos mudando de vida, refletindo sobre sua situação atual, conquistando sonhos que estavam adormecidos dentro si, ou até, nem existiam, que através do livro e da leitura passaram a existir.

Atualmente, no Estado Pará, a Susipe com o apoio de outros órgãos públicos, vem executando a lei da remição de pena pela leitura por meio do Projeto “Leitura que Liberta”, e levando o conhecimento dentro das celas, com a implantação de bibliotecas

móveis chamadas de “Arca da leitura”. Dessa forma, analisa-se que a implantação desses projetos envolvendo a leitura, está sendo uma das alternativas para a diminuição da taxa de reincidência, ao mesmo tempo tendo ajustes na superlotação das penitenciárias do Estado.

De maneira que os objetivos principais dos projetos estão sendo alcançados, que é o hábito de leitura, levando o conhecimento dentro das celas e concebendo a redução de sua pena, diante da remição de pena pela leitura. Ao mesmo tempo os apenados deixam a ociosidade de lado e passam a executar alguma atividade dentro da unidade prisional.

Pode-se considerar que os projetos estão sendo grande marco na educação do cárcere, no qual tanto o Projeto “Arca da Leitura” como a “Leitura que Liberta”, são projetos voltados na área da educação através do acesso à leitura e os conhecimentos que são adquiridos no processo da leitura, atendendo um dos direitos da legislação que é o acesso à educação para todos.

Ao fazer a análise dos dados bibliográficos e documental, fica extremamente evidente a importância da leitura dentro das prisões e, conseqüentemente, seus pontos positivos nas transformações das vidas dos apenados. Todavia, a formação de rodas de leituras, teatros com histórias lidas pelos apenados, oficinas de produção de texto e entre outras atividades, fazem grandes diferenças nos ambientes de confinamentos, tanto na conservação da estrutura física, quanto no clima de convívio.

Entretanto, é necessário o auxílio de um bibliotecário dentro da biblioteca prisional para a orientação e a condução de todas as atividades que a biblioteca oferece, e ao mesmo tempo, mostrar a importância da interdisciplinaridade entre os profissionais atuante no cárcere.

Outro aspecto importante é a transparência e a facilidade do acesso às informações dos projetos desenvolvidos dentro do cárcere no Estado do Pará, para que todos tenham o conhecimento das atividades que os internos desenvolvem dentro do cárcere. As divulgações dos projetos precisam ter destaques maiores nas mídias do Estado. Assim, incluem-se as questões de os procedimentos burocráticos terem mais acessibilidade para os acadêmicos que se interessam pelo assunto.

A pesquisa faz uma reflexão de como podemos fazer a diferença na nossa vida profissional, desenvolver atividades sociais para uma comunidade que necessita de muito auxílio, saber que por simples atos de leitura (numa roda de contos, oficinas de

textos ou algo semelhante), o profissional pode contribuir para que o indivíduo que errou na sociedade possa ser reintegrado novamente.

É necessário que o profissional tenha dentro de si que todo mortal é suscetível há erros, sendo necessário ter uma nova chance para se ressocializar, reeducar e conhecer as oportunidades que talvez não tivesse tido chances de conhecer.

Por meio dessa pesquisa percebemos que existem diversas maneiras de desenvolver seus aprendizados, repassar suas habilidades e dar destaque nas criatividades aprendidas ao longo da vida acadêmica e, principalmente, saber que como profissional, poderei participar da transformação da vida daqueles indivíduos que buscam a sua melhora diante da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roseli Alves Vieira. A importância da leitura para alunos da EJA no sistema prisional do Rio Branco, Acre. **Revista Philologus**, v. 15, n. 43. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2009.

ALVES, Maria Helena Hees. A aplicação da biblioterapia no processo de reintegração social. **Rev. Bra. Bibliotecon. e Doc**, v. 15, n. 1/2, p. 54-61, jan./jun. 1982.

ASSIS, Rafael Damaceno de. **A superlotação das celas: sua precariedade e sua insalubridade tornam as prisões num ambiente propício à proliferação de endemias e ao contágio de doenças**. 2007. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

BAMBERGE, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. São Paulo: Ática, 1995. 100 p.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Crime na era da informação**. 2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3675/o-crime-na-era-da-informacao/1>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 2. 848, de 7 de dezembro de 1940. **Código penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art33>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7210compilado.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. **Lei de Execução Penal**. Remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório da situação atual do sistema penitenciário: bibliotecas**. Brasília: 2008. 28p.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. 2014. 148p.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. 2016. 68p

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Selo certifica empresas que apoiam trabalho e ressocialização de presos**. 2017. Disponível em:

<<http://www.justica.gov.br/noticias/selo-certificara-empresas-que-apoiam-trabalho-e-ressocializacao-de-presos-1>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BENEDUZI, A. C. **Bibliotecas especiais**: a biblioteca hospitalar como um repositório de saúde e bem-estar ao alcance do paciente. Porto Alegre, 2004. 71 f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

BRITO, Danielle Santos de. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Revela**: FALS, n. 6, jun. 2010.

BROWN, Eleanor Frances. **Bibliotherapy and its widening applications**. Metuchen, N.J.: The Scarecrow Press, 1975. 404 p.

CALDIN, Clarise Forkamp. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. Enc. Bibli: **Rev. Eletrônica de Biblioteconomia e Ci. Informação**, Florianópolis, n. 12, p. 32-44, 2001.

COLARES, Leni Beatriz. LINDEMANN, Catia Rejane. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. **Informação e sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 205-215, set./ dez. 2015.

EIRAS, Bruno. Duarte. Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. In: CONGRESSO NACIONAL DE BAD, 9. 2007. Lisboa. **Anais da Associação Portuguesa de Bibliotecários BAD**.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Pró-Livro, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Trad. de Lígia M. Ponde Vassallo. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 208p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Trad. de Lígia M. Ponde Vassallo. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1989. 80 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 23 reimp.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

JESUS, Eduardo Juan de. **Memorial da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará**: trajetória das prisões em Belém e origem do prédio (sede) da Susipe. Belém, 2010.

- JOHN, V. M. **“Palavras de salvação”**: as representações da leitura na prisão. Florianópolis, 2004. 192 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes, PAIVA, Jane. A leitura no espaço carcerário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, 111-128, jan./abr. 2014.
- LOPES, Timoteo. **Arca da leitura leva mundo de conhecimento para detentos do Pará**. 2016. Disponível em: <<http://www.agenciapara.com.br/Noticia/130502/arca-da-leitura-leva-mundo-de-conhecimento-para-detentos-do-para>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- MARTINS, João Miguel Monteiro. **Penitenciária de Coimbra: permeabilidade e inserção no espaço urbano**. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- MILANESI, Luis Augusto. **O que é biblioteca**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 107 p. (Coleção primeiros passos, 94).
- MIOTTO, Armida Bergamini. A violência nas prisões. **R. Inf. Lesgil.**, Brasília, v. 17, n. 66, 273-292, abr./jun. 1980.
- MISCIASCI, Elizabeth. Início das prisões. **Revista Eunanet**. 2015. Disponível em: <<http://www.eunanet.net/enn/revistaeunanet/sistema-prisional/?4/inicio-das-prisoese>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- NORONHA, João Otávio de. ROSSINI, Augusto Eduardo de Sousa. Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria conjunta nº 276**, de 20 de junho de 2012. Disciplina o Projeto da remição da pena pela leitura no Sistema Penitenciário Federal.
- OLIVEIRA, Heloisa dos Santos Martins de. **O caráter ressocializador da atividade laborativa**. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1176/1125>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Tradução e posfácio de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 82 p.
- SANTOS, Maria Alice de Miranda dos. RODRIGUES, Gustavo Bernardes. A ressocialização do preso no Brasil e suas consequências para a sociedade. **E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jul. 2010.
- SEBASTIÃO, Maria Margarida Coelho Pereira. **Biblioterapia: a função terapêutica do livro em ambiente prisional**. 2012, f. 98. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2012.

SILVA NETO, Epitacio Gomes. LEITE, Francisca Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. **Biblios: Revista do Instituto de Ciências Humana e da Informação**, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan./jun. 2011.

SILVA, L. H. O. da.; PINTO, F. N. P.; BRITO, K. C. C. F. Da marginalização à inclusão: a socialização através da educação no presídio de Araguaína. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 214-230, jul. 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ (Susipe). Disponível em: < <http://susipe.pa.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5. ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002.